



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Bruno Júnior Paz Barreto

**O ENSINO RELIGIOSO NO FUNDAMENTAL I NO MUNICÍPIO DE ABREU E
LIMA: UMA ABORDAGEM ECUMÊNICA**

RECIFE
2014



Bruno Júnior Paz Barreto

O ENSINO RELIGIOSO NO FUNDAMENTAL I NO MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA: UMA ABORDAGEM ECUMÊNICA

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNICAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Linha de Pesquisa: Campo Religioso brasileiro, cultura e sociedade.

Orientador Prof. Dr. Luiz Alencar Libório.

RECIFE
2014

Bruno Júnior Paz Barreto

**O ENSINO RELIGIOSO NO FUNDAMENTAL I NO MUNICÍPIO DE ABREU E
LIMA: UMA ABORDAGEM ECUMÊNICA**

Defesa Pública em

Recife, _____ de _____ de _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Alencar Libório – UNICAP
Orientador

Prof^a. Dr^a. Rubenilda Maria Rosinha Barbosa – UFPE
Avaliadora externa

Prof. Dr. Antonio Raimundo Sousa Mota – UNICAP
Avaliador interno

RECIFE

2014

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, pelas infinitas bênção que tem realizado em minha vida.

Em particular, gostaria de agradecer à Gilvanete Cabral de Mendonça minha esposa pelo apoio, paciência e Amor que me dedica durante todos os momentos de minha trajetória acadêmica e profissional nesses últimos anos. Aos meus falecidos pais: Tereza Luiza e Mario Marques, pela formação que me dedicaram e a Márcia Regina minha irmã que Deus os colocou com toda sua bondade para ser minha primeira família.

A família Cabral de Mendonça, Em especial aos sogros: Geny Cabral e Gercino Alves de Mendonça, minha segunda família.

A minha mãe do coração a Prof. Edlúcia Turiano pelo carinho e apoio sempre a mim dedicados em todos os momentos.

Aos meus compadres o casal: Flávio Codeceira e Geruza Torres, pela amizade sempre sincera e presente.

Aos professores e colegas do Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco pela amizade, companheirismo e contribuição à minha pesquisa. E em especial ao meu orientador o Prof. Libório, pela paciência e dedicação tão constantes, com a qual me orientou na construção deste trabalho.

E dedico em especial a minha filha Brendha Valentina de Mendonça Barreto, ainda no ventre da mãe, mas, já tão amada e esperada.

RESUMO

Nas últimas décadas, tem sido grande o trânsito religioso do catolicismo para as Igrejas evangélicas de matiz mais pentecostal que enfatiza a ação do Espírito Santo sobre os fiéis, curando-lhes as feridas do corpo e da alma. Entre as Igrejas pentecostais a que mais vem crescendo é a Assembleia de Deus, fundada pelos suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren no século passado. A vinda dessa Igreja ao Brasil passa primeiramente por Belém-PA, espalhando-se logo depois pelo Brasil, sendo a cidade de Abreu e Lima (PE) a mais protestante do Brasil. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a questão do ensino religioso na cidade de Abreu e Lima em uma perspectiva ecumênica, analisando sobre tudo o desenvolvimento do movimento pentecostal na cidade. Tal movimento é puxado pela denominação pentecostal Assembleia de Deus que existe na cidade deste antes de sua fundação como cidade. A partir daí iremos compreender como tal denominação influencia na formação dos cidadãos com o ensino religioso no município. A metodologia utilizada foi a bibliográfica e documental. Como resultados, hoje 41% dos habitantes de Abreu e Lima são assembleianos, tendo elegido o pastor como atual prefeito da cidade.

Palavras-Chave: Identidade e práticas sociorreligiosas, Ecumenismo, Pentecostalismo, Ensino Religioso, Ethos.

ABSTRACT

In recent decades, there has been great religious transit from Catholicism to evangelical Pentecostal Churches that emphasizes the action of the Holy Spirit upon the faithful, healing their wounds of body and soul. Among Pentecostal churches is growing the fastest is the Assembly of God, founded by Swedes Daniel Berg and Gunnar Vingren last century. The coming of this church to Brazil was firstly Belém (PA), spreading soon after through across Brazil, being Abreu e Lima the most Protestant city in Brazil. This research aims to analyze the issue of religious education in the city of Abreu e Lima in an ecumenical perspective, analyzing everything about the development of the Pentecostal movement in the city. This movement is driven by the Assembly of God Pentecostal denomination that exists in this city before its foundation as city. From there we will understand how such a name influences in the formation of citizens with religious education in the city. The methodology used was the literature and documents. As results , today 41 % of the inhabitants of Abreu e Lima belong to Assembly Church, having elected the pastor as the current mayor of the city .

Keywords: Identity and social religious practices, Ecumenism, Pentecostalism, Religious Education, Ethos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPITULO I : A TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	11
CAPITULO II: RETROSPECTO DA IGREJA PENTECOSTAL EM ABREU E LIMA E A FORMAÇÃO DOS DOCENTES.....	33
CAPITULO III: A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA E O DIÁLOGO ECUMÊNICO DA ASSEMBLEIA DE DEUS.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a abordar o ensino religioso no fundamental I no município de Abreu e Lima, numa abordagem ecumênica, tendo como cerne da discussão a presença do Ensino Religioso, nas diversas turmas da Escola Municipal Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto, contemplando as seguintes Tradições religiosas: Igreja Católica, Igrejas Pentecostais e as Igrejas Protestantes da cidade de Abreu e Lima.

Ao longo da construção de nossa nação, o Ensino Religioso esteve sempre presente permeado por um aspecto proselitista. Mantido pelo Poder Público, no ensino fundamental, muitos anos nos moldes catequistas da Igreja Católica (Saviani, 2004). O conteúdo curricular do ensino religioso, ora com status de Disciplina integrante da Matriz Curricular, ora como tema transversal, se deve a ação do *lobby* da Igreja Católica, que conseguiu promover a alteração do Artigo 33 da Lei 9.475/97, tornando a Disciplina obrigatória nas Escolas Públicas, com matrícula facultativa para os estudantes, face aos cortes dos subsídios às Escolas confessionais. Segundo Silvia, Bárbara (2007), o Ensino Religioso tem servido, notadamente, como estratégia de fortalecimento e perpetuação do *status quo* das Igrejas denominadas cristãs.

Considerando a laicidade do Estado Brasileiro e as proposições legais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), esta pesquisa vem demonstrar que, muito além de resquícios de uma prática equivocada e inconstitucional, há uma intencionalidade velada de catequese e, ainda, financiada com erário público.

Tendo como problemática para esta pesquisa, de Abreu e Lima ser considerada a cidade mais evangélica do Brasil segundo dados do IBGE (2010) e professar esta tradição em seu atual molde de ensino religioso em suas escolas no fundamental I, pesquisar-se-á a cultura e as tradições

religiosas praticadas pelos alunos da escola Municipal Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto, em busca de assim propor uma proposta ecumênica de ensino, vindo a contribuir para a formação de cidadãos mais preocupados com o outro e com a comunidade.

Espero com esta abordagem pedagógica e ecumênica, que reconhece a diversidade, as diferenças e que busca o estabelecimento da equidade, a garantia dos direitos, a liberdade de expressão e, enfim, a conservação do Patrimônio Histórico e Cultural, inclua-se no currículo de ensino religioso as diversas Tradições religiosas existentes na referida escola. Esta pesquisa propõe-se deixar clara a necessidade, não apenas do reconhecimento das diferentes concepções religiosas, mas, e, sobretudo, da riqueza pedagógica que poderá ser produzida à partir da intercomunicação entre elas, trazendo ainda mais benefícios a vida dos alunos. Com isso tem-se como Objetivo Geral refletir criticamente sobre as culturas e tradições religiosas das Igrejas Pentecostais, os específicos são: a) descrever o processo de construção e de implantação do componente curricular do Ensino Religioso de matriz evangélica, católica e protestante na rede educacional de Abreu e Lima; b) propor mudanças no atual modelo nitidamente evangélico para que sirva como ponto de partida para as discussões sobre um ensino religioso ecumênico; c) refletir criticamente sobre a preparação dos professores das séries iniciais para o trabalho com o ensino religioso, seus desafios atuais e possibilidades de “atualização” numa perspectiva formativa com base em valores éticos religiosos integrando o estudo das religiões de matrizes africanas; d) analisar criticamente a vivência atual da religiosidade em Abreu e Lima, a partir da promoção da solidariedade e da liberdade religiosa da partilha de experiências, saberes e valores, estimulando o respeito à vida, ao pluralismo religioso e o respeito ao próximo.

Concebido o Ensino Religioso como parte integrante e fulcral na formação cidadã, com suas concepções epistemológicas tendo sua prática pedagógica contempladas na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, este ensino deverá propiciar aos estudantes um ambiente em que se estimule a construção de valores humanizadores, justos, solidários, dentro de uma perspectiva ética e ecumênica por excelência em que se reconheça o outro

em sua singularidade, suas subjetividades em sua cultura e tradições. É, pois, uma garantia do direito à diversidade do fenômeno religioso.

Justifica-se, portanto, essa pesquisa ecumênica pela variedade e tradições religiosas existentes na maior cidade evangélica do Brasil, contemplando-se no currículo de Ensino Religioso o primeiro eixo dos PCNs: Cultura e Tradições Religiosas.

Esta dissertação está dividida em três capítulos:

O primeiro capítulo abordará a trajetória do ensino religioso na educação brasileira.

O segundo capítulo trará um retrospecto do pentecostalismo na cidade de Abreu e Lima e a formação dos docentes com a disciplina de Ensino Religioso.

E o terceiro mostrará a dimensão sociopolítica da Assembleia de Deus.

CAPITULO I

A TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O ensino religioso (E. R.) nas escolas brasileiras vem sendo, ao longo dos tempos e desde o início do século XX, alvo de várias polêmicas no âmbito educacional.

Com isso o ensino religioso passou por diversas discussões que o fez adquirir em sua metodologia marcas provenientes dos diferentes contextos históricos, ora contextos referentes a ideais da Igreja, ora as ideologias do sistema educacional e ora o contexto socioeconômico e político-cultural vigente.

Contudo o ensino religioso desenvolveu-se a partir das relações estabelecidas entre o Estado e Igreja católica. Disso decorre fazermos uma retrospectiva histórica de forma a situarmos o ensino religioso a partir do momento político e educacional.

O ensino religioso é mais do que demonstra ser, ou seja, um componente curricular. Oculta-se a dialética entre secularização e laicidade no interior de contextos histórico e cultural.

No Brasil, o ensino religioso torna-se uma questão complexa e com profundo teor polêmico na medida em que abordam temas como a questão do Estado laico, a cultura, os múltiplos credos e a individualidade (CURY, 1993).

É necessário compreender que o ensino religioso passa por três períodos, o primeiro período é o colonial e monárquico, o segundo período é o imperial e monárquico constitucional e o último período é o republicano que vai de 1890 até os nossos dias.

1.1 Período Colonial e Monárquico

Com a chegada dos jesuítas em 1545 tem início a obra evangelizadora e educacional no Brasil. Os jesuítas em 1550 criam as primeiras escolas para os índios¹ e tais escolas se multiplicaram por todo território nacional e dessa forma introduziram a língua portuguesa e a fé católica como elementos que articulam uma nação em termos simbólicos.

Sobre isso se refere Severino:

[...] os princípios de uma ética individualista e social fundada na suprema prioridade da pessoa sobre a sociedade. A qualidade moral dos indivíduos repercutirá necessariamente sobre a qualidade moral da sociedade. Todo o investimento da evangelização, em sentido estrito, como da educação, sob inspiração cristã, se deu historicamente nesta linha. Foi por isso mesmo que o Cristianismo e a Igreja conviveram pacificamente com situações sociais de extrema opressão, com a escravidão, a exploração no trabalho etc. É como se estas situações independessem da vontade do homem, bastando que as consciências individuais se sentissem em paz, nada se podendo fazer contra estas situações objetivas (SEVERINO, 1986, p. 71).

Assim a educação jesuítica tinha como principal pressuposto a atualização dos potenciais individuais do sujeito, capacitando-o para receber a luz da fé e salvar sua alma.

A educação jesuítica utilizava a arte, a ciência e a natureza para chegar aos seus objetivos, subdividindo-se em três fases: primária, média e superior². Tal educação acontecia nas reduções³ feitas pelos jesuítas por todo território brasileiro.

No ensino primário era ensinado a ler e a escrever, era feita a catequese, ensinado a gramática, botânica e latim. Fica clara com isso a preocupação que os jesuítas tinham em fazer os indígenas aprender a língua

¹Principalmente aqueles que professavam outras religiões consideradas pagãs.

² O seu catecismo pedagógico – a *Ratio Studiorum* (lê-se "rácio estudiorum") ou Plano de Estudos - "é um Manual voltado para professores e dirigentes das escolas jesuítas. Fruto das reflexões dos primeiros jesuítas sobre sua experiência na educação contém uma série de regras e diretrizes que eram usadas para administrar essas escolas. A versão completa, publicada em 1599, tornou-se o manual para a educação jesuíta durante muitos séculos." (METTS, 1997, p. 200).

portuguesa e adaptar a cultura europeia à mentalidade e capacidade dos índios (CALMON, 1963).

Assim que os índios aprendiam a ler e a escrever eles passavam para a segunda fase que era o ensino médio, organizado a partir dos modelos europeus onde o ensino era através do ensino das humanidades onde preparava os índios para o ensino superior.

Dessa forma foi se construindo o ensino superior brasileiro, cujo objetivo fundamental era a formação de sacerdotes e dirigentes.

Segundo Libânio (1992, p.51):

Em termos éticos, tal conduta educativa fundamentava-se na consideração da justiça distributiva... A harmonia social, a justa condição de vida das pessoas se resolviam, em última análise, tendo na cabeça da sociedade pessoas generosas, capazes de distribuírem os bens que possuíam em maior abundância... Educar no sentido da justiça e generosidade a elite era tarefa fundamental, a que a educação se consagrou... No fundo, a justiça era entendida como ação caritativa, generosa, a fim de minorar os males e sofrimentos dos mais necessitados.

De acordo com Paiva neste período com a sociedade em construção o significado das "letras" passava por uma finalidade estratégica:

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado?... As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa. Quem fez as letras nessa sociedade? A quem pertencem? Pertencem à corte, como eixo social... Trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade... Por isso, não há do que se espantar com o colégio jesuítico em terras brasileiras: baluarte erguido no campo de batalha cultural, cumpria a missão de preservar a cultura portuguesa." (PAIVA, 2000, p. 43-45).

Os colégios da época estavam de concordância com a teologia pregada pela Igreja católica neste tempo e fazia parte da proposta pedagógica desenvolvida pelos padres jesuítas.

Segundo Paiva:

Ataque e defesa caracterizavam o estado de violência em que se vivia. A vida parecia um bem de pouco valor, tão em jogo era posta. Ir à guerra implicava risco de vida. Mais ainda, ensinava aos portugueses o desvalor da vida... A guerra - o estado de guerra - que não era experiência cotidiana da sociedade portuguesa em Portugal,... passou a ser, com todas as suas consequências, ingrediente da vida no Brasil... A vida do colégio parecia continuar impávida, como se não estivesse envolvida pelo mesmo ambiente colonial. Todos falando latim, assuntando falas piedosas, recitando poesias e textos clássicos, afeiando-se na arte da disputa como um cavaleiro medieval na arte da espada, reunindo-se em academias, devotando-se com empenho à virtude e à prática dos atos piedosos. A realidade, ali, parecia estar suspensa... Um mundo perfeito... Extramuros a vida era feita de pecados... Os pecados mais frequentes eram os da carne, pela abundância de prazer à vista, num contexto de lutas e agruras, e os da escravização de índios pela necessidade de produção, de sobrevivência e de exportação... (PAIVA, 2000, p. 46-47)

A partir dos acordos feitos entre a Igreja Católica e o Rei de Portugal surge o ensino religioso com o qual se colocava em primeiro lugar a evangelização dos índios, “concorrendo o caráter disciplinador de toda catequese para a transmissão de uma cultura que visava a adesão ao catolicismo” (CNBB, 1987, p. 17).

O ensino da religião privilegiava um conteúdo doutrinário, sendo tal conteúdo fiel às normas ditadas no Concílio de Trento⁴, que objetivava as verdades principais da fé católica, através de formulas e da exposição de perguntas e respostas prontas.

Durante o período de 1700 a 1820, época da monarquia absoluta e, na primeira metade do século XVIII, o ensino religioso continuava como catequese dirigida aos índios cujo objetivo era a memorização de formulas e propunha uma vivência cristã.

⁴ O Concílio de Trento (1545-1563) foi convocado pelo Papa Paulo V, para se reunir em torno de dois grandes temas: a doutrina da fé e a disciplina eclesiástica. Este Concílio foi responsável pela criação de uma identidade católica, que vigorou até praticamente o Concílio Vaticano II (1962-1965), com o Papa João XXIII. Diversos de seus Decretos revelavam uma preocupação contra as inovações doutrinárias dos protestantes. (MATOS, 1995, vol. II, p. 55-60).

Em 1707, alguns documentos davam orientações para o ensino da religião de forma dogmática, moral, litúrgica e jurídica. Tais orientações foram adotadas por bispos de todo o Brasil no qual era defendido a cristandade e eles manifestavam grande preocupação pela formação cristã dos índios e a também pela conversão dos escravos. (CURY, 1993).

Durante a monarquia absoluta, as culturas indígenas e africanas foram reprimidas e até muitas vezes suprimidas.

Mas essas manifestações se fizeram representar através de nichos culturais como culinária e música entre outras e resistiram através do sincretismo religioso, sendo uma época fundamental para a criação da cultura brasileira principalmente em relação à cultura popular. (CURY, 1993).

1.2 Período Imperial e Monárquico Constitucional

A promulgação da primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824 por Dom Pedro I, trazia descrita que a religião oficial do estado continuará sendo a Católica Apostólica Romana, fazendo desde então crescer o processo de subordinação do ensino ao próprio Estado.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNERs):

A religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da Igreja. Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na Escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana. (PCNER, 2004:13).

Registros mostram que a primeira citação do ensino religioso em uma lei em relação ao ensino dentro do ambiente escolar foi de 15/10/1827. Tal lei trazia como principal determinação em todo território do Império a criação de escolas de primeira letra.

Em seu interior, a lei demonstrava os currículos que seriam ministrados nas aulas nas quais se incluía os princípios da moral cristã e da doutrina católica⁵.

As diretrizes eclesiais da Igreja Católica ainda estavam fortemente ligadas à educação oferecida pelas escolas do Império. Essas diretrizes tinham o objetivo de promover o ensino da doutrina cristã.

Segundo Azzi:

[...] a tônica espiritualizante, o rigorismo moral, a militarização e o caráter autoritário da educação, a seriedade disciplinar e a qualidade do ensino, bem como uma abertura para educação artística e esportiva. (AZZI, 1995:22).

Com a Constituição⁶ de 1824, a educação primária e secundária passou a ser responsabilidade das províncias e o Império se dedicava só ao ensino superior.

Rui Barbosa, em 1882, defendia um ensino religioso assumido por ministros de cada culto, a incompatibilidade de cargos de chefia de quaisquer níveis de ensino com as funções eclesiais de qualquer denominação religiosa, a gratuidade e o caráter leigo do ensino nas escolas normais primárias de ambos os sexos.

Segundo Braga:

Os equívocos em relação ao que é próprio da escola e o que é da competência da comunidade de fé ou Igrejas são evidentes. Há contínuas queixas no sentido de que os párocos descuidam o dever da educação religiosa, deixando-a para as escolas. Por outro lado, é parte do programa de reforma do Clero insistir no papel da formação religiosa da

⁵A lei educacional 1827 no Art. 6. determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias. O número delas e sua situação seriam indicados pelos presidentes em conselho, obtidas as câmaras municipais respectivas. Nela os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, [...] e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a história do Brasil [...] (IMPÉRIO DO BRASIL, Documentos complementares do Império do Brasil, 15 de outubro de 1827).

juventude. Na prática, o Ensino Religioso é compreendido e tratado como catequese, é ainda considerado como um componente curricular e se efetiva através do uso de manuais de catecismo nos padrões tridentinos, em se tratando da seleção de conteúdos em vista de uma fiel ortodoxia. As formulações da fé católica privilegiam a tradição romana. (BRAGA, 2001, p. 25).

Devido ao ambiente social favorável às imigrações e à tolerância religiosa, a época da monarquia constitucional foi o responsável pela chegada de novos ramos do cristianismo ao Brasil.

Dessa forma intensificam as denominações protestantes e o interesse pela leitura da bíblia, contribuindo assim para a abertura das escolas particulares de denominação não católica e também para o processo de alfabetização da população.

1.3 Período Republicano

Diante da necessidade da igreja católica de recuperar a influência junto ao poder político, ela muda a estratégia tendo como discurso agora a reconciliação entre a fé católica e a pátria brasileira.

Assim tinha-se a ideia de que a fé católica estivesse mais presente na sociedade brasileira com essa aproximação da Igreja Católica com o Estado. A constituição de 1891 decretava a separação do Estado com a Igreja Católica e assim foi extinto o padroado e outras instituições regalias⁷.

⁷ “[...] O ensino das matérias fixadas e o dos que lhes sejam acrescentadas, sem prejuízo de sua destinação própria, deve sempre convergir para o desenvolvimento, no aluno, das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação, encarados como objetivo geral do processo educativo [...]”. (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, Resolução 8/71 – art. 3º § 1º (1 dezembro 1971), Brasília, Mimeo., 1971.

O dispositivo que garantia o caráter leigo da educação pública passou a ser questionada diante da flexibilização que permitiu o ensino da Religião fora do horário normal das outras disciplinas em vários estados da federação período entre 1890 a 1930.

Isto decorre graças à mobilização da Igreja Católica nos estados através das autoridades e intelectuais católicos influentes. Mesmo com os confrontos da hierarquia católica com a política do novo regime instituído no país.

De acordo com Cury:

Livre dos controles do padroado e tornada autônoma em relação ao Estado, a Igreja cresce, se fortalece e, no âmbito regional, se mobiliza não só pela via das congregações religiosas no campo educacional escolar, como também através da imprensa, formando a opinião pública em disputa com outras vertentes jornalísticas (CURY, 1993, p. 25).

Portanto, com a perda que a Igreja Católica teve junto ao ensino público, começaram a se expandir escolas protestantes e de outras denominações religiosas no país, fazendo dessa forma diminuir o monopólio da Igreja Católica e da escola particular no Brasil.

A política educacional brasileira refletia a polêmica em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61), dessa forma tanto o setor público quanto o privado são responsáveis por ministrar o ensino no Brasil.

O ensino religioso fora contemplado na Constituição de 1946 como dever do Estado para com a liberdade religiosa, mantendo dessa forma as mesmas descrições contidas na constituição de 1934.

Na época da República, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade de organizar no Brasil uma rede de ensino pública e gratuita para todos e por meio da Constituição de 1934 estabelece um Plano Nacional de Educação (PNE). Em seu artigo 153 declarava:

O ensino religioso será de matrícula facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno,

manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Inicia-se aqui, teoricamente, uma abertura de respeito à diversidade religiosa do povo brasileiro e mantém-se o estudo da religiosidade por considerar importante para a formação integral do ser humano.

A introdução do Ensino Religioso nas escolas teve também um caráter ideológico.

Ao identificar “formação moral” com a educação religiosa e transferir desta forma para a Igreja a responsabilidade da formação moral do cidadão, o governo não apenas responde às exigências dos educadores católicos, que reclamavam para a Igreja essa tarefa, mas também se mostra fiel à sua concepção autoritária, pelo estabelecimento de mecanismos para reforçar a disciplina e a autoridade.

O ensino religioso nas escolas públicas representa:

Uma tentativa de recuperação para as religiões de alguma influência no espaço público, através da legitimação de sua autoridade sobre a vida cotidiana e cultural no meio urbano, visto como dilacerado pelo individualismo e pela falta de valores. Estas tentativas, no entanto, se fazem sobre novas bases, em relação ao período ecumênico e pré-ecumênico do país, mais democráticas e preocupadas em respeitar as individualidades presentes no esforço conjunto do grupo estratégico.

A educação e o Ensino Religioso sofrem profundos questionamentos e reflexões sobre a sua identidade. Surgem novas concepções de evangelização e inicia-se um movimento que busca assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa.

Até a aprovação da nova LDB o Ensino Religioso passa a ser alvo de inúmeras discussões e polêmicas. De um lado, os defensores de sua permanência na escola, do outro, os defensores de sua exclusão.

Com o início do processo da Constituinte em 1985, o ensino religioso entra mais uma vez na discussão principalmente em relação à real necessidade do E.R. no país.

No cerne desta discussão estavam de um lado os que se opunham à inclusão da matéria nas escolas e do outro aqueles que acreditavam ser de fundamental importância na formação integral dos educandos.

Depois da promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi lançado no Brasil um projeto de criação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

A LDB.

[...] de autoria do Deputado Otávio Elísio Alves de Brito (PMDB-MG), passando depois por muitas modificações. Recebeu mais de 1.260 emendas incorporadas pelo relator Deputado Jorge Hage (PMDB-BA). Este projeto, de N°1.258C/88, foi o que obteve a maior participação da sociedade, principalmente da parte dos profissionais da educação. É sucedida pela substitutiva da relatora Deputada Ângela Regina Heinzen Amin (PDS-SC).

Em 13 de maio de 1993, o projeto foi encaminhado ao senado, tendo como relator o senador Cid Sabóia recebendo N° 101/93 e a aprovação pela comissão de Constituição e Justiça, em 20 de novembro de 1994. Na legislatura de 1995 o Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), indicado como novo relator, apresentou outro projeto, de sua autoria, que passou a tramitar no Congresso Nacional, de forma paralela ao da Câmara. Este último vinha circulando, desde 1992, com amplo envolvimento da sociedade. Tal projeto foi subscrito pelos Senadores Maurício Correa (PDT-DF) e Marco Maciel (PFL-PE), no Senado Federal, sendo aprovado em fevereiro de 1996, designado como "Substitutivo do Senador Darcy Ribeiro". O projeto N°1.258C/88 (Jorge Hage/ Ângela Amin), tendo sido preterido ao do Senado Federal, fez com que o Substitutivo do Senador Darcy Ribeiro fosse apresentado à Câmara. Nesta, recebeu como relator o Deputado José Jorge (PFL-PE), que conseguiu sua aprovação, em 17 de novembro de 1996, com 349 votos a favor, 73 contra, 4 abstenções. Ao término do ano letivo, sem tempo hábil de a sociedade tomar conhecimento, ou seja, em 20 de dezembro de 1996, o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a LDB sob o N°9.394, publicada no Diário Oficial da União, do dia 23/12/96, divulgada como "Lei Darcy Ribeiro. (CARON, 1998, p. 18).

Em 1995, é criado os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso. Ganha força o movimento que busca a sua permanência na escola, ressaltando a importância do educando compreender a sua dimensão

religiosa, permitindo encontrar respostas aos seus questionamentos existenciais, construindo um sentido para a sua vida e respeitando as diferenças.

De acordo com a Lei Federal nº 9475/97 prevê que diversos grupos religiosos, ou seja, diversas denominações poderiam participar na elaboração do conteúdo dessa disciplina, ao contrário do que ocorria antes no qual só os grupos hegemônicos tinham o direito de participar da elaboração de tais conteúdos. Com isso o espaço foi aberto para outros grupos religiosos que detinham a influência sobre o ensino religioso no país.

Hoje, no Brasil, o ensino religioso nas escolas públicas se caracteriza como uma disciplina que dá a devida visibilidade para a diversidade plural religiosa do nosso país.

Assim o ensino religioso não mais se dá de forma confessional e nem está mais liderada por apenas uma denominação religiosa. De acordo J. de Alencar Lui (2006, p.80).

[...] as instituições religiosas sejam elas a favor ou contra, têm utilizado a questão da implementação do ER como - vitrine -. Momento que algumas entidades religiosas disputam um lugar no espaço público e outras intensificam sua permanência, se reafirmam ou até mesmo lutam por um lugar na escola pública.

Dessa forma, nós observamos uma mudança profunda na realidade da educação no Brasil se comparamos do período colonial ao republicano. A principal mudança está na separação orgânica entre Igreja e o Estado com a fragmentação do campo religioso brasileiro.

A primeira Constituição no período da República assumiu a expressão ensino leigo com a ausência de elementos oriundos das crenças dos cidadãos que cursavam as escolas do governo.

O Ensino Religioso como vimos perde seu caráter confessional a partir de 1997, para tornar-se inter-religioso, pluralista, democrático como se configura o ambiente educacional, mas propriamente a escola.

Sendo assim contribui para que o aluno elabore seu próprio processo de construção da espiritualidade, contemplando aspectos como de solidariedade, cooperação e alteridade dentro e fora do ambiente escolar.

Segundo Luckesi:

A escola é uma instância de luta pela transformação da sociedade. Com isso, estamos entendendo que a escola é um lugar onde, também, se dão as contradições sociais que ocorrem na sociedade em que ela está situada e, por isso, ela participa dos processos sociais. (LUCKESI, 1994, p. 164-165)

Considerando o ER como uma variável dentro das contradições sociais, não se pode negar que a escola é um lugar ideal para que a formação da espiritualidade do cidadão seja estruturada, atrelado às demais áreas do desenvolvimento do ser humano.

De acordo com os PCNER (2007, p.22) “o conhecimento religioso é um conhecimento disponível, por isso, a escola não pode recusar-se a socializá-lo”.

É nessa perspectiva do ensino religioso articulado as demais disciplinas, que ela contribui para uma nova visão do mundo, da sociedade e do ser humano, já que o ER é uma matéria que perpassa a dimensão dos fatos e conteúdos atingindo também a área da atitude, auxiliando a interação do aluno na sociedade, possibilitando que ele seja um cidadão responsável e atuante.

O desenvolvimento pedagógico desse componente no ensino fundamental, tem por objetivo propiciar subsídios para que o próprio educando elabore seu processo de construção espiritual da maneira mais ética possível. Tal processo é fundamentado na procura do saber e na necessidade de transcender.

Com isso, a escola se diferencia de uma instituição religiosa ou de uma comunidade de fé, já que seu papel está na articulação de respostas em relação às indagações referentes ao ser alguém que busca razões de ser, de estar no mundo e sobre sua convivência (FIGUEIREDO, 1995).

Durante muitos anos, o ensino religioso teve o objetivo de catequizar, fazer seguidores de uma religião ou de evangelizar. Com a LDB, o E.R. dá ênfase ao estudo da compreensão do “fenômeno religioso” em todos os âmbitos da vida do ser humano.

Vemos na tabela 1 abaixo um pequeno histórico das concepções do ensino religioso nas várias LDBs na educação do Brasil.

TABELA 1: O ensino Religioso nas LDBs

LDB's	LDB 4.024/61	LDB 5.692/71	LDB 9.394/96
Concepção	REELIGERE = re-escolher	RELIGARE = religar	RELEGERE = re-ler
Finalidade	Fazer seguidores	Tornar as pessoas mais religiosas	Reler o fenômeno religioso
Entendimento	Religião = catequese/doutrinação	Ética = vivência de valores	Área do conhecimento
Enfoque centrado em	Uma verdade	Religiosidade	Fenômeno religioso
Caracterização	Evangelização	Pastoral	Conhecimento
Tratamento	1º Conteúdos	1º Conteúdos 2º Recursos	1º Caracterização do aluno 2º objetivo da série

didático	2º Recursos	3º Celebração	3º Encaminhamento para a avaliação da aprendizagem 4º Blocos de Conteúdos
Metodologia	Trabalho com texto sagrado e/ou doutrinação	Ver Julgar Agir Celebrar	Observação Reflexão Informação
Aprendizagem	Memorização	Gestos concretos em: vivência de valores; Atitudes de Vida	Convívio social Relações culturais e Tradições Religiosas
Conhecimento Veiculado	Saber em si (informação sobre religião)	Saber em relação (visão antropológica da religiosidade)	Saber de si (entendimento do fenômeno religioso que se constata a partir do convívio social)

FONTE: SOUZA, R. A.. **O ensino religioso no Brasil:** uma abordagem histórica a partir dos parâmetros curriculares nacionais, 2010.

Sendo assim, o ensino religioso veicula um conhecimento específico e um objetivo próprio a ser seguido.

Tal conhecimento tem como foco primordial a noção dos fundamentos do fenômeno religioso sempre atrelado ao cotidiano da vida para que seja possível a compreensão pela busca da transcendência e como consequência o sentido da existência humana.

Como esse fenômeno religioso se estrutura da cultura e da tradição religiosa, ele oferece ao aluno a segurança necessária para o exercício dos valores universais para a construção do cidadão ético, atuante e também da cidadania.

2. O Ensino Religioso na Cidade de Abreu e Lima

A religiosidade é um fenômeno inerente a todo ser humano e está presente em todas as culturas, sendo manifestada na vida do ser humano ao longo de sua história. O termo religião tem vários conceitos dependendo principalmente do momento histórico, cultural e filosófico.

Dessa forma ele é motivo de interpretações, podendo de acordo com Dürkheim (2003) ser visto como um aspecto fundamental e permanente da existência humana ou como uma ilusão coletiva, criada pelo homem no intuito de dominar o seu sentimento de impotência em relação ao mundo (FREUD, apud PALMER, 2001).

Para Sérgio Junqueira:

O ensino religioso é dimensão profundamente humana, social e cultural, portanto auxilia o indivíduo a interagir melhor em sociedade, pois pode passar a conhecer-se melhor, ao outro e aos que estão em seu entorno (JUNQUEIRA, 2007 p.52).

Vimos que durante toda sua trajetória o Ensino Religioso foi influenciado como um todo pelos contextos pertencentes à sociedade em um determinado momento histórico.

Novas concepções surgem quando começamos a estudar, pensar, compreender e debater a nossa realidade no novo contexto social.

É importante e necessário compreender a dimensão política da problemática epistemológica e perceber o valor teórico, social e pedagógico do estudo da religiosidade para a formação do educando.

Atualmente na cidade de Abreu e Lima o ensino religioso se dá através de uma parceria com a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB).

Essa Sociedade foi fundada em 1948 e tem por finalidade traduzir, produzir e distribuir a bíblia sagrada, sendo por eles definidas como um verdadeiro manual para vida, que promove o desenvolvimento espiritual,

cultural e social do ser humano, provocando, assim, a transformação da pessoa que com ela entra em contato.

Portanto, a SBB oferece o texto bíblico em diferentes formatos, buscando atender às necessidades específicas dos mais variados públicos.

A Sociedade Bíblica do Brasil tem a missão de distribuir, de forma relevante, a bíblia a todas as pessoas. A SBB desenvolve programas de assistência social em todo país.

Entre os públicos contemplados pelas ações da organização estão os ribeirinhos da Amazônia, detentos, enfermos hospitalizados, pessoas com deficiência visual e estudantes.

Dentre os principais programas da SBB está o da bíblia nas escolas no qual os estudantes são o principal foco deste programa pertencente ao projeto “Estudando com a Bíblia” (ECAB).

Desenvolvido em parceria com as prefeituras municipais entre elas a da cidade de Abreu e Lima, o projeto tem como objetivo incentivar a implantação do Ensino Religioso.

Por isso, a SBB desenvolveu o material didático Estudando com a Bíblia (ECAB), uma coleção voltada a alunos de educação infantil e ensino fundamental, que reúne diversas atividades e exercícios de fixação, e tornou-se material de referência para o estudo da bíblia em sala de aula.

Por meio das ações propostas, o estudando com a bíblia visa a favorecer o regaste de valores éticos e espirituais entre crianças e adolescentes, além de contribuir para o fortalecimento de núcleo familiar, promover a cidadania e a integração dos beneficiados no mercado de trabalho.

Desde 2006, a Prefeitura Municipal de Abreu e Lima, coordenada pela Secretaria de Educação do município, tem parceria com a Sociedade Bíblica do Brasil para desenvolver o projeto “Estudando com a bíblia” com todos os alunos do município para a conduta de paz nas escolas, a melhoria do relacionamento da comunidade escolar e familiar, a prevenção e combate às drogas e o resgate de valores como amor, solidariedade, respeito e etc.

Para um bom acompanhamento do projeto são realizados encontros com os professores, coordenados pela analista de projeto sociais da SBB

Márcia Valle e o Gestor, secretário regional para o Nordeste Pr, Clóvis Moraes.

Com este projeto que atinge toda a rede municipal da cidade de Abreu e Lima composta por 32 escolas com cerca de 7.131 alunos⁸, são distribuídos às escolas os *Kits* que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem.

Tais *Kits* são compostos por 5 livros um para cada ano do Ensino Fundamental que vai do 1º ano ao 5º ano que equivalem à educação infantil e da 1ª à 4ª série. Cada livro é composto de 28 capítulos, cada um é estruturado levando em conta a idade e a série dos alunos.

A articulação dos grupos religiosos visa a expandir o conhecimento de outras denominações e também exercer influencia na formação e constituição dos sujeitos: crianças e adolescentes. O ensino religioso é defendido por esses grupos religiosos como um direito individual dos cidadãos sendo um dever do Estado proporcionar esta disciplina nas escolas públicas.

Segundo Carneiro:

[...] uma certa percepção do religioso como uma dimensão da existência da coletividade nacional e, sendo assim, um dever básico do Estado na formação dos cidadãos. Nesta perspectiva, o ensino da religião se transforma num dos direitos do cidadão, ou seja, num elemento fundamental para garantir a este o pleno exercício dos seus direitos no espaço nacional. Religião passa assim ser um direito de todo cidadão (CARNEIRO, 2004 p.6).

O ensino religioso nas escolas públicas busca auxiliar na constituição e formação de um novo indivíduo, integrante e participante da sociedade como um todo, e não na criação de novos fiéis, sendo estes ligados a alguma denominação religiosa.

A lei de 1997 diz que cabe ao ensino religioso imprimir valores de cunho religioso, que possibilitam uma sociedade mais sã e equilibrada já que essa lei se entrega à sociedade como um dispositivo de controle social.

[...] o valor da Religião para a construção da cidadania inclui uma consideração etnocêntrica dos valores morais que o ER

⁸ Dados da Secretaria da Educação da cidade de Abreu e Lima-2013.

poderia transmitir e solidificar nos alunos. Etnocêntrica porque está calcada sobre valores cristãos que projetou para a totalidade das religiões (LUI, 2006 p.82).

É preciso compreender a dimensão política da problemática epistemológica e perceber o valor teórico, social e pedagógico do estudo da religiosidade para a formação do educando numa abordagem ecumênica.

Como disciplina integrante do sistema educacional na sua globalidade, o Ensino Religioso é o processo de educação da dimensão religiosa do ser humano que, na busca da razão de existir, realiza a experiência do religioso, num movimento de relação profunda consigo mesmo, com o mundo cósmico, com o outro, seu semelhante, e com o Transcendente.

A nova LDB e as leis que se sucederam trouxeram avanços significativos em termos de reconhecimento do Ensino Religioso como uma disciplina curricular normal no sistema de ensino, fazendo parte da formação básica, dando-lhe *status*, porém a sociedade continua dividida quanto à sua aceitação.

Alguns ainda o defendem como ensino de uma Religião, e por isso encontram muitas resistências no seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, as culturas e tradições religiosas das Igrejas Pentecostais, Igreja Católica e Igreja Protestante, têm enfocando doutrinas dessas tradições.

Neste momento estamos buscando promover o diálogo ecumênico da paz e da harmonia entre os membros das diversas Igrejas e cidadãos de Abreu e Lima.

A Lei Federal nº 9475/97 e os PCNERs (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso) não concordam com o proselitismo e a doutrinação religiosa, mas é comum nas práticas escolares unicamente a questão cristã e nada mais.

Para Carneiro (2004, p.10):

Talvez esteja se impondo de forma difusa para certos segmentos populares, a partir de uma cultura religiosa que adquire cada vez mais importância na esfera pública, a ideia de que a religião seja a mais importante, ou talvez única fonte de moralidade existente na sociedade capaz de garantir o comportamento correto dos indivíduos na esfera pública, daí a importância de tê-la como fundamento da ordem social e seus representantes presentes no espaço público.

Portanto, o ensino religioso deve ser visto de uma nova ótica, buscando adaptar-se ao novo cenário pluralista religioso brasileiro. A hegemonia católica passa a diminuir, tornando o ensino religioso ecumênico, ou seja, incluindo os novos grupos religiosos no debate e no conteúdo de tal disciplina.

O ecumenismo começou a partir de uma tentativa de colar os cacos e os estilhaços em se que fragmentou o mundo Protestante, desde a própria Reforma colocada ao sabor das forças centrífugas.

O que era, por assim dizer, uma questão interna do Protestantismo teve a sorte de ganhar outra dimensão ao coincidir com o alastramento de uma mentalidade servil à tendência de homogeneização cosmopolita em detrimento aos valores culturais genuinamente nacionais, estes assentados sobre ensinamentos ético-religiosos precisos e insofismáveis.

O ensino religioso na cidade de Abreu e Lima está baseado na lei de regulamentação da resolução estadual nº 5 de 09 de maio de 2006. Esta dispõe sobre a oferta do ensino religioso nas escolas do estado e também traz os procedimentos para a definição dos conteúdos e normas para a habilitação e admissão de professores

Tal resolução está de acordo com a LDB de 1997, que nos traz como objetivo da disciplina a compreensão do fenômeno religioso presente desde os primórdios da civilização.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco para o ensino religioso no Fundamental, subordinam-se aos seguintes pressupostos:

- a) da concepção de conhecimento humano em suas diferentes formas, das relações entre ciência e fé, da interdisciplinaridade e da contextualização como princípios estruturadores da organização curricular; b) da compreensão da experiência religiosa do ser humano, manifesta nas diversas culturas em todos os tempos, reconhecendo o transcendente e o sagrado, através de fontes escritas e orais, ritos, símbolos e outras formas de expressão, identificadas e organizadas pelas tradições religiosas; c) do reconhecimento dos principais valores éticos e morais presentes nas tradições religiosas e sua importância para a defesa e a garantia da

dignidade do ser humano, a promoção da justiça e da solidariedade entre as pessoas e os povos, a convivência harmoniosa com a natureza e a criação de cultura de paz; d) da compreensão das várias manifestações de vivências religiosas presentes na sociedade brasileira, cujo conhecimento deve promover a tolerância e o convívio respeitoso com o diferente e o compromisso sociopolítico com a equidade social em nosso país; e) do reconhecimento da diversidade de experiências religiosas dos participantes do ambiente escolar e das formas de diálogo existentes entre as religiões e destas com a sociedade contemporânea. (PERNAMBUCO, 2006 art.4).

O ecumenismo é nada mais do que a união das denominações cristãs com outras denominações religiosas para o mútuo enriquecimento espiritual e cooperação social.

Mas será possível um diálogo entre as denominações com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do cidadão a fim de que a partir desse diálogo seja promovido um ensino religioso plural?

É possível a partir do momento que se compreenda que cada educando quando está na escola traz consigo significados, concepções, crenças, experiências de vida, valores, atitudes, enfim vivências culturais e religiosas que precisam ser consideradas numa abordagem multicultural e plurirreligiosa.

Porém não se pode contentar com os temas planejados, mas sim deve-se estar abertos para a vivência diferente que o aluno (a) traz para dentro da sala de aula, valorizando-as e trabalhando a partir delas.

É de fundamental importância que todos os alunos sintam que suas vivências e suas culturas estejam representadas no conteúdo da disciplina para que essa exerça influência positiva na vida do educando.

Sobre isso afirma Markus:

Portanto, introduzir perspectivas diferentes e acolher outras expressões nos conteúdos propostos na escolarização necessariamente induz à mudança nos processos internos que são desenvolvidos na educação, tornando-a mais democrática. Por outro lado, não basta simplesmente acrescentar essas experiências dos alunos e das alunas aos conteúdos em sala de aula, mas é necessário que se trabalhe a dimensão do respeito à alteridade (MARKUS, 2002 p. 42)

Um ensino religioso ecumênico ou inter-religioso proposto para as escolas municipais na cidade de Abreu e Lima deve auxiliar na reflexão crítica sobre essa realidade, ajudando os educandos no desenvolvimento de uma posição crítica diante dela e de uma vivência fundamentada na solidariedade e na alteridade, assumindo um papel ativo na sociedade.

De fato, o ensino religioso precisa trabalhar na perspectiva de diversidade religiosa e cultural, visando a combater a discriminação que afasta e estigmatiza várias expressões religiosas, principalmente as de matrizes africanas, ou seja, as religiões afro-brasileiras.

A partir do momento que o E.R., se dispõe a trabalhar com esta diversidade cria com isso formas alternativas de relações sociais, baseadas fundamentalmente no diálogo.

Tal diálogo implica-se na existência de mais de uma palavra ativa que segue os seguintes passos: esta palavra é ouvida, valorizada e aprendida. Essa palavra deve garantir que todos tenham o direito a ela.

É necessário que seja garantido aos educandos, - cujas expressões religiosas sempre foram discriminadas e, em alguns momentos, até silenciadas – o direito de proferir seus ensinamentos em tom de igualdade de condições, num espaço democrático e tendo como perspectiva uma atitude de interlocução e interação com as demais tradições religiosas.

Tal processo deve ser o principal papel do ensino religioso: buscar a construção de espaços democráticos no qual seja possível acontecer o diálogo com onde o aluno exerça o direito à voz e à manifestação.

O fortalecimento do convívio democrático só será possível a partir do compartilhamento das vivências, valores, concepções religiosas de cada membro do grupo.

Segundo Markus:

Esse processo de troca de vivências e contato entre diferentes permite uma interação onde ocorre a mútua aprendizagem a cada momento. Cabe ao Ensino Religioso construir junto com as crianças alternativas para que este espaço de aprendizagem seja de respeito, de interesse pela

expressão do outro ser e de valorização pela incorporação das diversas contribuições (MARKUS, 2002 p. 46)

É importante que se dê a devida atenção a comportamentos discriminatórios que porventura aconteçam, não os acobertando, mas se posicionando criticamente perante eles de forma a envolver os educandos no seu desvelamento.

Torna-se assim o ensino religioso um espaço inter-religioso ou ecumênico, de forma democrática, consciente e ativa, levando a uma aprendizagem mútua.

CAPITULO II

RETROSPECTO DA IGREJA PENTECOSTAL EM ABREU E LIMA E A FORMAÇÃO DOS DOCENTES

Antes de falarmos sobre a Igreja Pentecostal na Cidade de Abreu e Lima faremos um breve histórico dessa Igreja no Brasil. Tais dados são essenciais para o entendimento do pentecostalismo em Abreu e Lima.

David Martin (1990) divide em três as correntes de crescimento protestante no mundo: a Metodista, a Batista e a Pentecostal. Em 1970, a ala pentecostal do Protestantismo “já abarcava 6% da Cristandade mundial e é, atualmente, estimada em 25%” (tradução nossa) (BRIERLEY, 1996, p.19).

O Pentecostalismo, protestante na sua origem, tem sua raiz na Reforma europeia e chegou ao Brasil no início da década de 1910, maior país católico do mundo e o maior em número de protestantes na América Latina: 26,1 milhões de brasileiros (IBGE, 2000).

O Pentecostalismo nos seus primeiros dias tinha sua identidade intimamente ligada ao Protestantismo, do qual herdou elementos culturais como a ética de vida e trabalho, o individualismo do fiel frente a Deus, a rejeição de hierarquia eclesiástica e de santos.

O Pentecostalismo, contudo, à medida que cresceu, apresentou algumas diferenças. Geograficamente, o Protestantismo histórico ou tradicional tem uma forte identidade com o movimento da Reforma europeia

no século 16. Para o Pentecostalismo, o seu lugar de nascimento deu-se nos EUA, onde se mesclou com a cultura afro-americana de lá.

O Pentecostalismo apresentaria um forte apelo universal comparado ao Protestantismo histórico. Já nascido transnacional, com elementos culturais protestantes e afro-americanos, ele se constitui na religião que mais se transnacionalizou pelo mundo no século 20 atingindo cerca de 300 a 400 milhões de seguidores pelos continentes (ORO & STEIL, 1997).

O Pentecostalismo é especificamente proeminente na América Latina, desafiando o Catolicismo Romano e o Protestantismo histórico.

2.1 A Igreja pentecostal no Brasil

O Brasil foi, desde cedo, alvo da cruzada pentecostal mundial. A história das duas congregações pentecostais mais antigas no Brasil é praticamente simultânea com a norte-americana.

A história do Pentecostalismo no Brasil começa com dois missionários suecos e um italiano – todos frequentavam anteriormente denominações pentecostais norte-americanas que chegaram ao Brasil durante a primeira década do século 20.

O presbiteriano italiano Luigi Francescon fundou, em São Paulo, a Igreja da Congregação Cristã do Brasil, em 1910. Um ano depois, os suecos Daniel Berger e Gunnar Vingren fundaram em Belém do Pará a Assembleia de Deus. Esses missionários não só fundaram novas denominações, mas com eles trouxeram novas culturas e costumes ao Brasil.

De fato, o Pentecostalismo no Brasil não permaneceu inalterado desde a sua chegada em 1910 até a atualidade. Paul Freston classifica os momentos de evolução de denominações pentecostais em três momentos históricos, cada um revelando suas características.

O Pentecostalismo brasileiro pode ser apreendido com uma história de três ondas sucessivas de implementação de igrejas. A Primeira se situa na década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e Assembleia de Deus (1911) [...] A Segunda Onda Pentecostal se fragmenta, sua relação com a sociedade se torna mais dinâmica e três

grandes grupos (entre dezenas de outros menores) aparecem: Evangelho Quadrangular (1951), Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto da pulverização é paulista. A Terceira Onda começa em fins da década de 1970 e ganha fôlego nos anos 80. Seus representantes principais são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) [...] O contexto deles é fundamentalmente carioca (FREESTON, 1993, p.66).

No primeiro momento, a cultura pentecostal está intimamente ligada a traços culturais estrangeiros, tais como manifestações em cultos como o “batismo no Espírito Santo” e glossolalia⁹. Essas duas características constituem os dois pilares das denominações pentecostais da chamada Primeira Onda, ou seja, Assembleia de Deus e Congregação Cristã. Observe-se o que diz a bíblia em relação à glossolalia:

Cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar; e de repente, veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem. (At2: 1 – 4).

As duas denominações pentecostais iniciais a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus carregam, na origem, descrições culturais, crenças e práticas que se assemelham as dos Estados Unidos da América (EUA).

O batismo no “Espírito Santo” sendo este um momento que simboliza o encontro do fiel com o Espírito Santo. É o momento de contato com o divino, fenômeno fundamental para a conversão de descrentes para o âmbito pentecostal.

Esta conversão traz consigo o simbolismo também de uma futura vida de moral, de comportamento e pensamento de servidão.

⁹Fenômeno de falar em línguas estranhas assim como relatado no Pentecostes (At 2, 1-4) do Novo Testamento.

As dominações das primeiras Igrejas pentecostais no Brasil são compostas basicamente de pessoas de baixa renda e de precária educação e são ferrenhos anticatólicos.

Eles enfatizam a glossolalia, creem no iminente retorno de Cristo e na salvação por meio de uma vida ascética e de rejeição aos vícios mundanos, danças, bebidas alcoólicas, tabaco, prostituição etc.

Algumas mudanças nessas denominações atualmente são observadas. “Frequentadores de classe média se fazem presentes e o uso de mídia de massa como rádios é permitido” (MARIANO, 1999, p.34).

Desde a década de 30 em diante, vemos um grande crescimento de denominações cristãs não católicas no Brasil.

Dentro do chamado “Segundo momento pentecostal” no país, observamos uma proliferação de inúmeras de suas denominações, ao contrário do quase exclusivismo no “Primeiro momento pentecostal”.

Tal aumento dessas denominações se dá, principalmente, pelo fato do fenômeno crescente de urbanização e da migração de meios rurais para as grandes cidades (Tabela 1).

O progresso desordenado dos grandes centros urbanos do país que refletiu fundamentalmente em uma concentração de pessoas das mais variadas condições socioeconômicas e culturais.

Este mosaico de crenças e costumes diversos refletiu no plano religioso, favorecendo o alastramento de várias denominações religiosas, inclusive pentecostais, espíritas e umbandistas.

TABELA 2: Templos Pentecostais no Brasil 1910-1970

Regiões	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Norte	1	16	57	87	149	285	489
Nordeste	-	11	71	303	505	1.064	2.237
Sudeste	2	22	84	367	862	2.158	4.892
Sul	-	1	55	149	369	878	2.614
Centro-Oeste	-	-	-	6	39	197	886
Total	3	50	267	912	1.924	4.582	11.118

Fonte: ROLIM, Francisco. Pentecostalismo: gênese, estrutura e funções (apud ROLIM, 1980, p.144)

Como afirma Mariano:

Hoje, seu perfil social mudou parcialmente. Embora continuem a abrigar, sobretudo as camadas pobres e pouco escolarizadas, também contam com setores de classe média, profissionais liberais e empresários. Não obstante suas quase nove décadas de existência, ambas ainda mantêm bem vivos a postura sectária e o ideário ascético (MARIANO, 1999, p. 29).

O deuteropentecostalismo é a segunda fase do Pentecostalismo brasileiro, iniciada no final dos anos 50 e início dos anos 60, do século passado, caracterizando-se pela inclusão de Igrejas carismáticas independentes que aceitam os dons do Espírito Santo como válidos para os dias atuais, porém, são Igrejas que permanecem em suas denominações, como: Igreja Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). Segundo Silva (2007, p. 03):

Sob a influência dos missionários e ex-autores de filmes de faroeste do cinema americano, Harold Williams e Raymond Boatright a segunda onda ganhou uma ênfase diferenciada do pentecostalismo clássico, agora, a bola de vez teológica era o dom de “cura divina,” prática que teve proporções continentais, provocando uma explosão numérica pentecostal em diversas partes do mundo.

A segunda etapa do Pentecostalismo no Brasil se deu pelo grande uso da mídia de massa, nesse caso o rádio, para a pregação e também a importância dada às curas divinas nos seus cultos.

O apelo dessas denominações pentecostais às massas não ficou só no uso do rádio para difundir sua mensagem, mas foram mais itinerantes em espalhar o *gospel*, organizando eventos em locais de grande concentração humana como praças, ginásios, teatros entre outros.

Isso possibilitou a penetração no meio popular urbano, contrastando com o maior imobilismo institucional da Igreja Católica.

Então, não somente a mensagem se constitui mais afeita à realidade do cotidiano, mas também chegando a eles por meio das mídias de massa.

O Pentecostalismo cresceu em ambientes urbanos marginalizados. Pastores e ajudantes surgiram nas comunidades, favelas e locais menos favorecidos com a mensagem de esperança e salvação.

Assim, o Pentecostalismo permanecia entre os pobres, nele tendo os seus fiéis e pastores, em bairros periféricos construindo seus templos, dirigindo-se a eles em programas de rádio ou onde mais eles pudessem se encontrar para ouvir a palavra de Deus.

A urbanização crescente das grandes cidades, principalmente as referentes ao Sudeste e Centro-Oeste do país, provocou um inchamento de bairros e propiciou novas convivências entre multiplicidades étnicas e culturais.

Assim se deu um espaço ideal para a prática pentecostal, ou seja, a mensagem de solidariedade social, fraternidade, cooperação, incentivo e criação de atividades comunitárias dentro do espaço urbano caótico e instável constituíram-se e se constituem forte apelo para o Pentecostalismo.

As décadas de 70, 80 e 90 representaram uma grande mudança das transformações sociais decorrentes da urbanização, massificação das relações sociais iniciadas em décadas passadas, trazendo consigo o agravamento da situação econômica (GIUMBELLI, 2002). Tais combinações dos fatores acima compõem o cenário em que as denominações pentecostais do “Terceiro momento” se popularizaram.

Assim esse fenômeno religioso passa a combater a presença de crenças afro-brasileiras no campo religioso, propõe uma nova teologia que enfatiza o exorcismo¹⁰ e o ingresso das denominações no universo da TV (GIUMBELLI, 2002).

¹⁰Apesar de o termo ser de origem católica, “exorcismo” foi apropriado por denominações pentecostais, consistindo na prática nos cultos de buscar soluções ao evadir espíritos malignos que molestam a vida cotidiana dos adeptos.

Segundo Silva (2007) as denominações da “Terceira fase do Pentecostalismo” no Brasil de deram por uma instituição em comum:

A Igreja Nova Vida, fundada em 1960, no Rio de Janeiro, pelo missionário canadense Robert McAlister, foi o palco inicial que fez nascerem as maiores representatividades desse movimento, através das Igrejas: Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980), Cristo Vive (1986), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), Comunidade da Graça (1979), Renascer em Cristo (1986) e Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994). (SILVA, 2007, p.04).

Com isso uma das características básicas dessas denominações é sua evidência na “libertação de demônios ou espíritos malignos”, possessões espirituais ou exorcismo, buscando soluções que afligem o fiel na vida cotidiana. Tais espíritos no corpo servem para prestar um tom mais dramático e performático aos cultos e pastores tanto na denominação como na televisão e rádio.

A “Terceira onda do Pentecostalismo” tem também uma outra diferença das denominações pentecostais das duas primeiras ondas anteriores; tais diferenças se apresentam nas noções teológicas.

A “teologia da prosperidade” constituiu um novo marco cultural no Pentecostalismo brasileiro, visando assim à pregação, à valorização do lucro e de posses materiais como reconhecimento divino.

As duas maiores denominações dessa “Terceira onda do Pentecostalismo” no Brasil são: a Igreja Universal do Reino de Deus e a Internacional da Graça de Deus cujos fundadores são Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares, respectivamente.

Ambos frequentaram a denominação Nova vida entre os anos 60 e 70 que tem seus pressupostos pautados nas possessões espirituais e a teologia da prosperidade. Bittencourt (apud GIUMBELLI, 2002, p.303) ressalta que a “Terceira etapa do Pentecostalismo” satisfaziam as questões e necessidades de:

[...] uma população confrontada com o aumento de doenças e a falta de atendimento médico; o exorcismo serviria para nominar e tornar vulneráveis sentimentos e condições que

fazem o cotidiano dessa população (medo, insegurança, perda de referências, orfandade civil); e a oferta de prosperidade atenderia aos anseios de ascensão social.

A religião pentecostal deixou de ser tão “tradicional” devido à inserção de instrumentos como bateria, contrabaixo e guitarra, como meios de evangelização, constituindo assim um grande distanciamento do Pentecostalismo anterior. Com isso atraiu a atenção dos jovens para a Igreja pentecostal.

Hoje é possível ouvir em reuniões, festas e até em cultos vários ritmos de músicas que vão deste o *funk* ao *rock gospel*. Apesar de tal movimento mesmo no início ter enfrentado resistência, veio e ficou como grande expressão de fé dos jovens. Assim não é preciso afastar o fiel do mundo.

Assim cada denominação se diferencia uma da outra seja nos costumes, de arquitetura de templos, no uso de instrumentos entre outros o que torna cada denominação única, sem homogeneização.

2.2 Abreu e Lima e o Pentecostalismo em sua criação.

A cidade de Abreu e Lima está situada a 16 km da cidade do Recife, sendo emancipada, em 14/05/1982. Antes disso Abreu e Lima era um distrito da cidade do Paulista e se chamava Maricota.

Em 1927, chega ao distrito de Maricota o missionário Israel Carneiro de Amorim que traz com ele uma nova denominação que já estava sendo implantada na Capital Recife a denominação Pentecostal Assembleia de Deus.

Os primeiros cultos realizados no povoado eram feitos em casas pequenas e simples dos próprios moradores do lugar sem muito espaço e conforto.

De acordo com Santos (2008, p. 32):

O que se via, em termo de moradia nos rincões naquela época, eram simples choupanas: casas de taipa, cobertas de palha ou capim. A economia do povo se baseava na agricultura, nos engenhos de cana-de-açúcar.

O primeiro culto da Assembleia de Deus em Maricota foi realizado na casa do irmão Xavier onde compareceram apenas 10 pessoas entre adultos e crianças. Após isso, em 1928, a casa da irmã Maria do Carmo, primeira a ser batizada no Espírito Santo, cedeu sua casa para a realização dos cultos que se deram até o ano de 1938.

Durante esses 10 anos a Igreja pentecostal foi perseguida pela família que na época comandava a cidade os Lundgren (família de origem sueca) e dona da Companhia de Tecidos Paulista. Em 1929, a casa da irmã Maria do Carmo foi incendiada e os pentecostais tiveram que viver escondidos em outro povoado da cidade: o distrito de canoa, mudando sempre de lugar por mais de uma década. (SANTOS, 2008).

Em 1938, o pastor Joaquim Gomes da Silva ficou encarregado de achar um terreno para a construção do primeiro templo, mas essa foi uma tarefa difícil principalmente por conta da perseguição que eles sofriam.

Em 1940, os pentecostais conseguiram achar um terreno de 30x40 pela quantia de 2.000,000 (dois mil réis). Tal terreno não pertencia à família que detinha o poder na época e sim ao Sr. Severino Albuquerque Gomes. Este terreno se localizava no centro do povoado de Maricota.

Segundo Santos (2008, p.42):

Surpreendentemente em tempo recorde, apenas um dia, irmãos valorosos levantaram um grande mutirão e transportaram literalmente a estrutura da casa que era de taipa, para o centro do terreno e cobriram-na com palha.

Durante o passar do tempo, o templo de Maricota passou por várias reformas e a partir do momento em que o povoado crescia, aumentava junto com ele o número de pentecostais no distrito de Maricota.

Em 09 de novembro de 1969 começa uma nova etapa para os pentecostais, em Maricota, e conseqüentemente para o desenvolvimento do próprio povoado, chega a liderança da igreja o Pastor Isaac Martins Rodrigues.

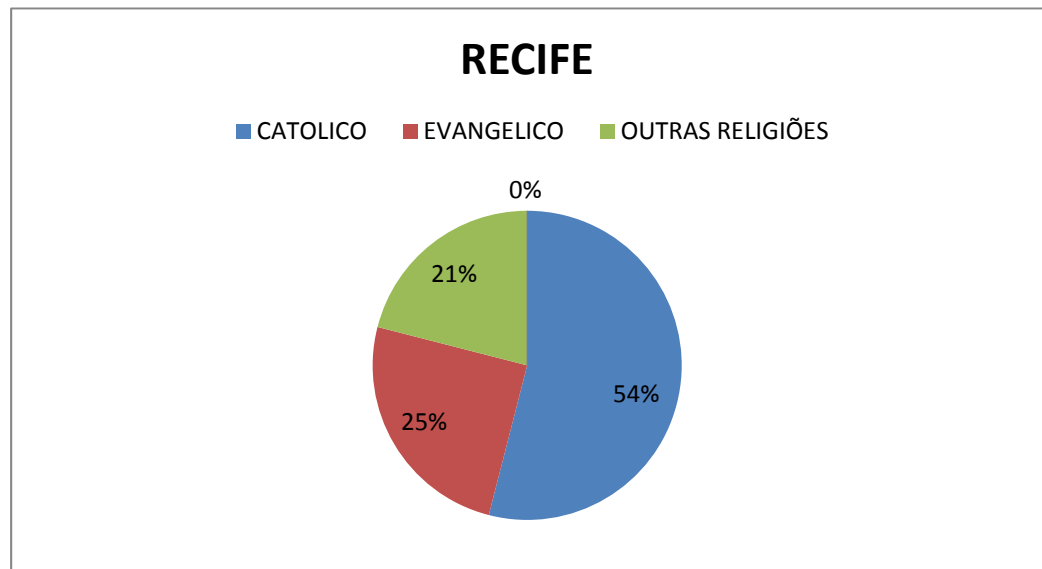
Ele lutou junto com os moradores pela emancipação do povoado de Maricota para a cidade de Abreu e Lima.

O pastor foi um dos líderes da mudança e da autonomia do lugar, exercendo assim um importante papel a Igreja pentecostal na fundação da cidade de Abreu e Lima. Em 1994, foi inaugurado o novo templo da Assembleia de Deus na Cidade de Abreu e Lima.

Dessa forma, mostra porque Abreu e Lima é considerada a cidade mais evangélica do estado, pois desde a sua fundação que o Pentecostalismo está presente, seja nas lutas pela emancipação, pela liberdade de expressão religiosa, seja pela atenção e palavra de esperança dirigidas aos seguidores.

Para maior elucidação, colocamos os dados do IBGE (Censo 2010) no que diz respeito à população e Religião de Recife e Região Metropolitana.

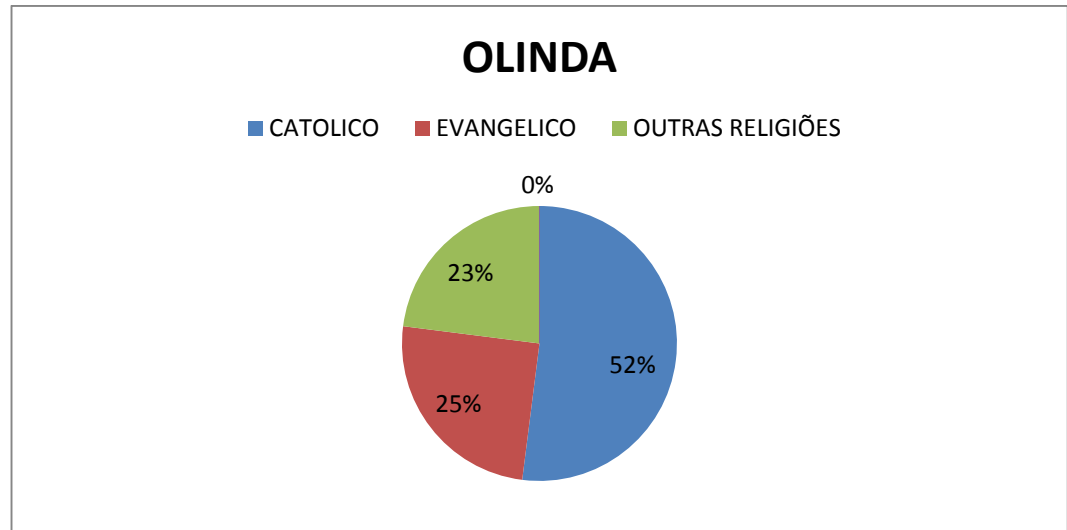
Gráfico1: Relação da População de Recife em relação à Religião



Fonte: IBGE 2010(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>).

O seguinte gráfico mostra a população de Olinda e sua Religião.

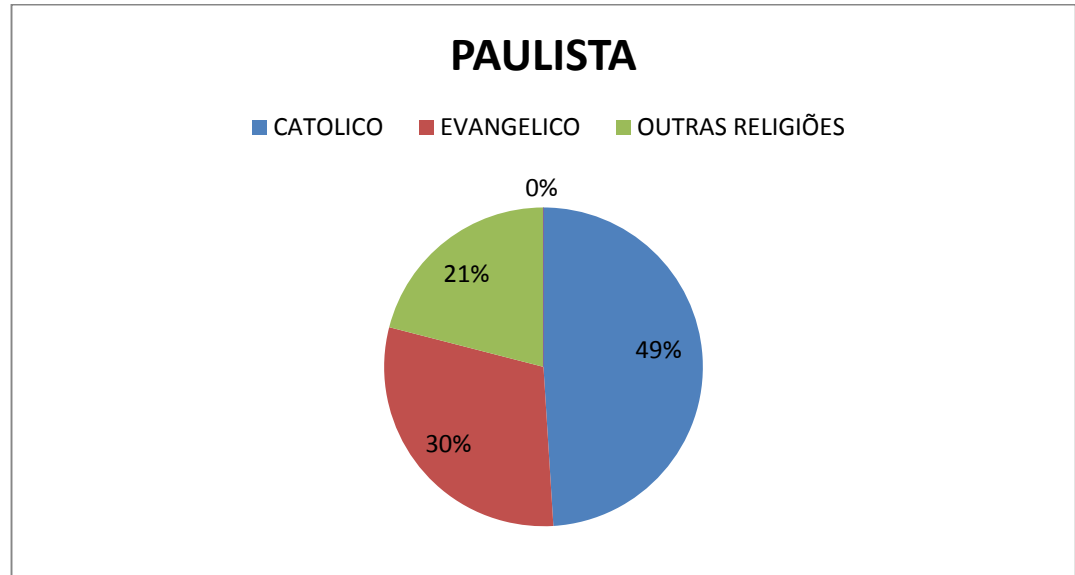
Gráfico 2: Relação da População de Olinda em relação à Religião



Fonte: IBGE 2010(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>).

O gráfico 3 mostra os dados da população de Paulista e sua Religião.

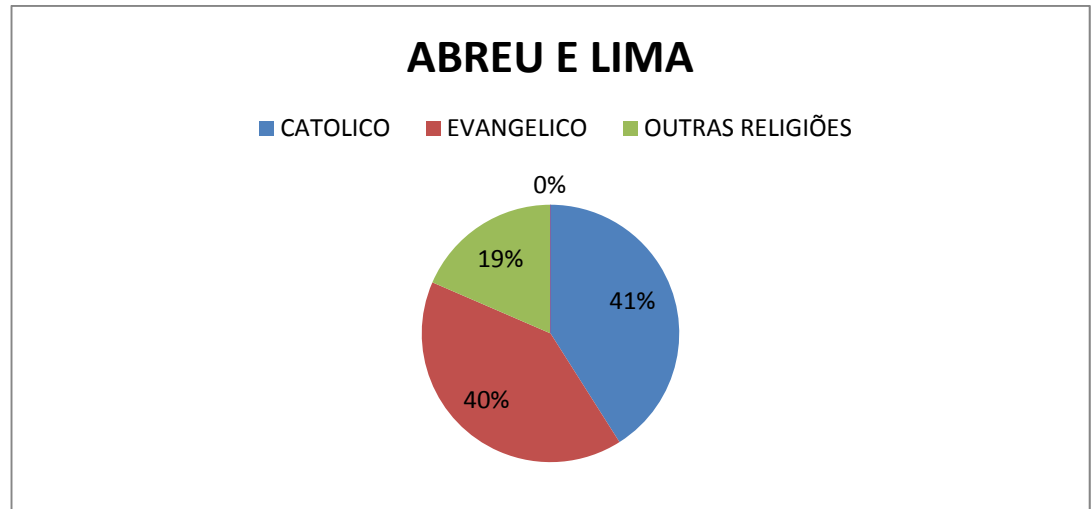
Gráfico3: Relação da População de Paulista em relação à Religião



Fonte: IBGE 2010(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>).

O gráfico 4 mostra os dados da população de Abreu e Lima e a pertença à Religião.

Gráfico 4: Relação da População de Abreu e Lima em relação a Religião



Fonte: IBGE 2010(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>).

Analisando os dados dos gráficos acima, podemos observar que nas cidades do Recife, de Olinda e de Paulista existem em média 20% de diferença entre o número de católicos e de evangélicos. Em Recife e Olinda essa diferença chega à quase 30% entre a população católica e evangélica da cidade. Ainda em Recife, Olinda, Paulista e Abreu e Lima cerca de 20% de sua população pertencem a outras religiões¹¹.

TABELA 3: Comparação da população evangélica em cidades da RMR¹²

CIDADES	População Evangélica	População Total da Cidade
RECIFE	25%	1.537,704
OLINDA	25%	377.779
PAULISTA	30%	300.466
ABREU E LIMA	40%	94.429

Fonte: IBGE 2010(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>)

Analisando o gráfico de Abreu e Lima fica claro que a diferença entre a população católica e evangélica na cidade é cerca de mais ou menos 1%.

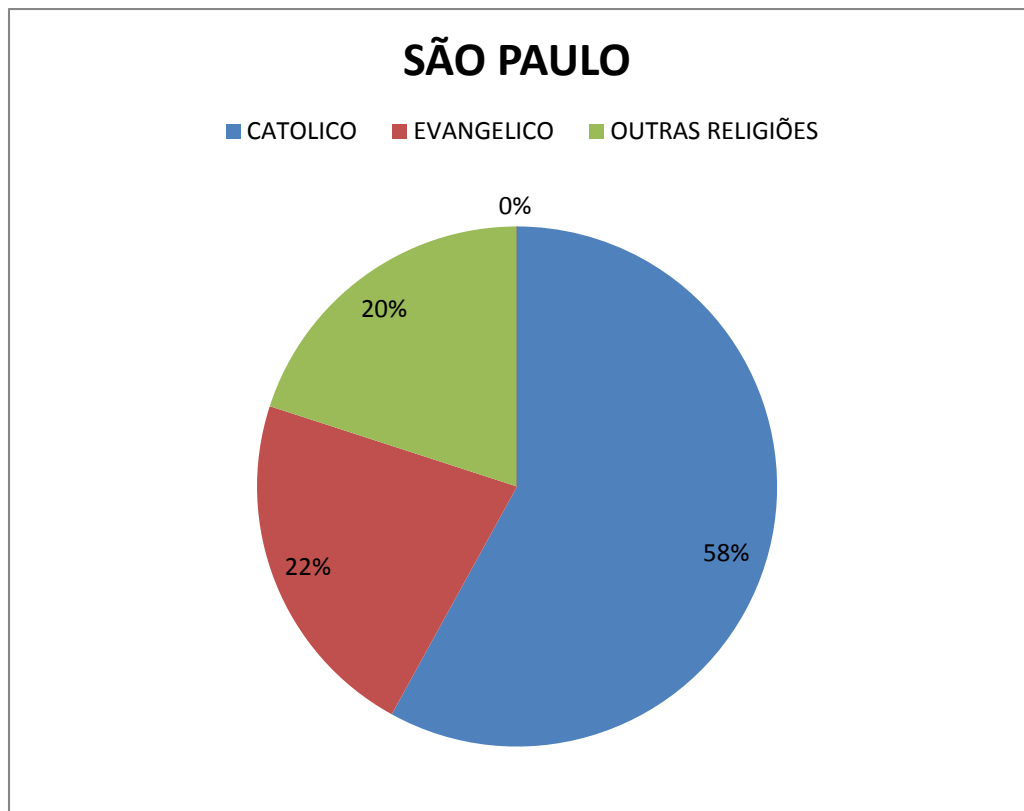
¹¹Nessas outras religiões incluem-se a religião espírita, as religiões de matriz africana (umbanda e candomblé), religiões orientais, o islamismo e o judaísmo.

¹² RMR: Região Metropolitana do Recife.

A tabela que mostra a comparação entre as cidades, Abreu e Lima tem um maior percentual de população evangélica que nas outras cidades.

O gráfico 5 deixa bem patentes os dados populacionais de São Paulo, a maior cidade do país e a distribuição de religiões da população segundo o último Censo do IBGE (2010).

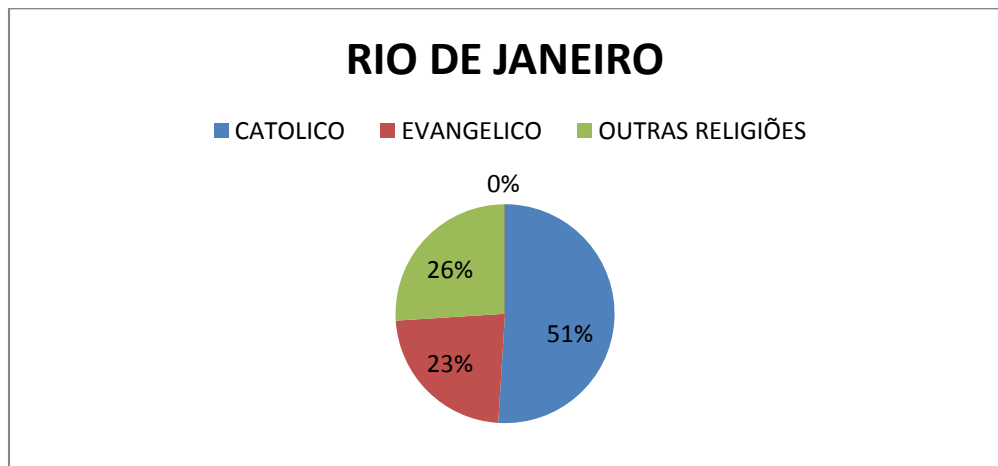
Gráfico 5: Relação da População da cidade de São Paulo em relação à Religião.



Fonte: IBGE 2010(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>).

O gráfico 6 mostra a população do Rio de Janeiro e sua pertença religiosa.

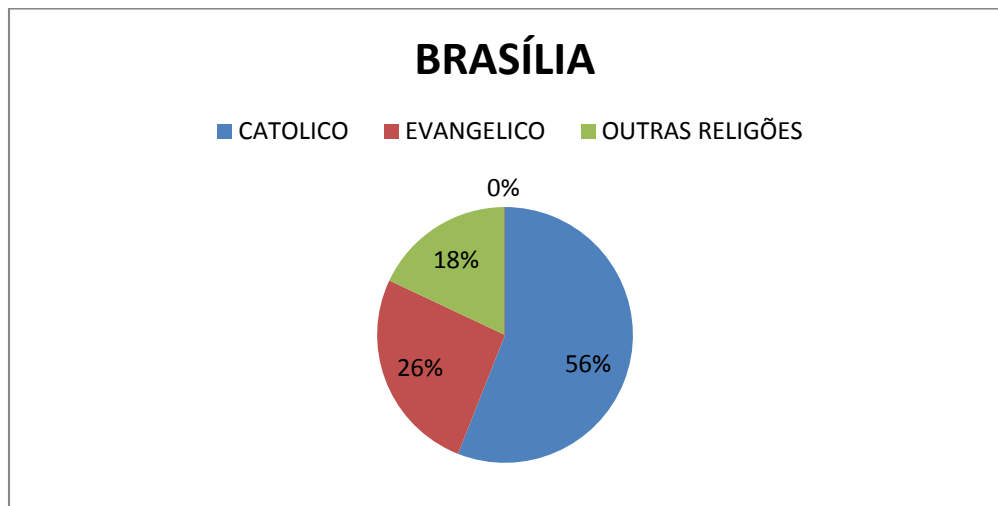
Gráfico 6: Relação da População da cidade do Rio de Janeiro em relação à Religião.



Fonte: IBGE 2010(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>)

O gráfico 7 mostra a população de Brasília e o pertencimento religioso.

Gráfico 7: Relação da População da cidade de Brasília em relação à Religião



Fonte: IBGE 2010(<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>)

Analisando as principais e maiores capitais dos estados brasileiros, podemos observar que nas capitais pesquisadas em média 20,20% da população da cidade é de credo evangélico.

Vale lembrar que dentro desta denominação evangélica se misturam os protestantes, pentecostais e outras denominações evangélicas.

Em relação a essas cidades, Abreu e Lima continua com o maior percentual de evangélicos entre as cidades brasileiras. Deve-se levar em conta o número total da população da cidade que é menor que as outras pesquisadas.

Assim é válido afirmar que Abreu e Lima têm uma maior porcentagem, em relação a sua população, de evangélicos, mas isso não confirma que Abreu e Lima tenha, em números de pessoas, mais evangélicos que Recife, Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Paulista e Olinda já que a população dessas cidades é muito maior.

2.3 O Pentecostalismo e sua relação com o Ensino Religioso

Devido a esse fator histórico da cidade de Abreu e Lima, acredita-se que a cidade tem maior potencial para o ensino religioso de forma ecumênica, pois é uma cidade que foi fundada sob a ótica do Pentecostalismo e tem em relação à sua população uma porcentagem quase igual de evangélicos e de católicos.

É necessário pensar em uma prática ecumênica na qual o diálogo entre as duas maiores denominações do país e também da cidade seja possível no ensino religioso que visa à construção de cidadãos democráticos e de senso crítico.

Em termos de ensino religioso ecumênico temos de constar na atualidade a presença de novos atores religiosos que surgem também como as religiões afro-brasileiras que na cidade de Abreu e Lima representam cerca de 1,5% da população da cidade.

O diálogo ecumênico na cidade se torna uma barreira a menos, pois como já está constituída na formação da cidade a presença de duas denominações religiosas evita o impacto na ordem democrática.

Sobre isso, assim se expressa Burity:

Esses novos atores podem ser (auto)denominados como “religião” ou como “religiões” específicas. Eles queixam-se de exclusão e invisibilidade ou reagem às crises e ameaças percebidas. Podem falar e agir em nome próprio ou de bases sociais maiores, demandas mais gerais. Mas também têm que lidar com aqueles que não “aguardavam” sua vinda, que

não estão dispostos a oferecer hospitalidade aos recém-chegados, que não gostam do efeito (real ou presumido) que estes novos atores trazem ao “estar-em-casa” da ordem política existente, ou temem pelo que pode acontecer à política por conta dessa chegada (BURITY, 2011, p. 201).

Assim, deve-se saber que um ensino religioso ecumênico tem uma concepção interdisciplinar de conhecimento, sendo esta interdisciplinaridade um dos princípios de estruturação curricular e de avaliação.

O ensino religioso deve ser focado como área de conhecimento em parceria com os demais aspectos da cidadania.

A proposta lançada na cidade de Abreu e Lima, assim como nas demais cidades do Estado de Pernambuco, é de reduzir o Ensino Religioso à religião, sem nenhum vínculo e importância de tal ensino para a construção do sujeito.

Isso também se deve ao fato de que não existem no Estado, de forma geral, muitas normatizações sobre o tipo de ensino religioso. Posto que o único documento que existe é uma resolução feita pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) de 09 de maio de 2006, que relata que o ensino religioso deve ser ofertado pelos sistemas de ensino, sendo facultativo, e que tal ensino deve ser ministrado de forma a atender várias denominações sem proselitismo.

Art. 2º - O Ensino Religioso (ER), parte integrante da formação básica do cidadão, é componente curricular do ensino fundamental das escolas públicas do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco e tem como objeto a compreensão do fenômeno religioso presente historicamente nas civilizações e culturas, expresso em manifestações religiosas. Art. 3º – O ER, de matrícula facultativa, terá caráter interconfessional e expressará a diversidade cultural-religiosa da sociedade brasileira, distinguindo-se da “doutrinação”, nos conteúdos e nos objetivos, excluindo qualquer conteúdo, linha ou forma de proselitismo, garantindo o respeito às crenças de cada indivíduo e o direito subjetivo de não professar qualquer credo religioso (CEE-PE, 2006).

Então, por isso, acredita-se que Abreu e Lima, por ser considerada a cidade mais evangelizada do estado, tenha maiores condições de ter um

ensino ecumênico na qual as duas denominações de maior poder populacional possam interagir com as religiões de matriz africana e serem usadas para a construção de um sujeito útil a sociedade.

Mas assim como em Recife e Olinda, as duas principais cidades de Pernambuco, em Abreu e Lima não existe nenhuma norma a respeito desse ensino religioso ecumênico.

Assim cabe voltarmos a resolução do CEE-PE 2006 e mostrar que esta também nós mostra os conteúdos que devem ser trabalhados neste tipo de ensino:

Art. 4º - Os conteúdos de ER definidos pela escola de acordo com seu projeto político-pedagógico, observando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, subordinam-se aos seguintes pressupostos: a) da concepção de conhecimento humano em suas diferentes formas, das relações entre ciência e fé, da interdisciplinaridade e da contextualização como princípios estruturadores da organização curricular; b) da compreensão da experiência religiosa do ser humano, manifesta nas diversas culturas em todos os tempos, reconhecendo o transcendente e o sagrado, através de fontes escritas e orais, ritos, símbolos e outras formas de expressão, identificadas e organizadas pelas tradições religiosas; c) do reconhecimento dos principais valores éticos e morais presentes nas tradições religiosas e sua importância para a defesa e a garantia da dignidade do ser humano, a promoção da justiça e da solidariedade entre as pessoas e os povos, a convivência harmoniosa com a natureza e a criação de cultura de paz; d) da compreensão das várias manifestações de vivências religiosas presentes na sociedade brasileira, cujo conhecimento deve promover a tolerância e o convívio respeitoso com o diferente e o compromisso sociopolítico com a equidade social em nosso país; e) do reconhecimento da diversidade de experiências religiosas dos participantes do ambiente escolar e das formas de diálogo existentes entre as religiões e destas com a sociedade contemporânea. § 1º - Na vivência da matriz curricular da escola, os conteúdos de ER serão trabalhados de forma articulada com os das outras áreas de conhecimento (CEE-PE, 2006).

Assim ao falarmos em Ensino Religioso em Abreu e Lima de uma forma ecumênica devemos incluir também as religiões de matriz africana. Ao não incluí-las, se perde uma enorme riqueza histórica, cultural, social e antropológica importante na vida social do sujeito.

As religiões devem ter práticas de tolerância entre elas. A escola deve se constituir como um lugar onde a prática da tolerância e do diálogo seja realizada, democratizando assim o ensino religioso.

A questão do ensino religioso, em escolas públicas, no nosso país, sempre foi motivo de grandes debates, produções científicas e discussões isso por se tratar de um tema muito polêmico e controverso.

1.4 A Formação dos Docentes para o ensino religioso.

Sabemos que nenhum processo educativo se constitui eficiente sem um bom educador. Cabe a este profissional possibilitar que a escola transforme-se em um espaço educativo de partilha, reflexão e construção.

Além das habilidades inatas e carismas pessoais, o educador necessita desenvolver constantemente suas habilidades e competências para um bom desempenho docente.

Uma das fortes temáticas a envolver a questão da reforma da educação brasileira, desencadeada na década de oitenta, era a de abordar a pluralidade cultural religiosa presente não só na sociedade brasileira como no ensino religioso que integrasse esse referencial.

O ensino religioso seguindo esse referencial propiciaria uma abordagem diferenciada dessa disciplina, com a qual o acesso ao conhecimento religioso é assegurado a todo cidadão.

Através dos estudos e reflexões coletivas, no ano 1995, são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER), como já vimos no capítulo anterior, e aprovado pelo Plenário do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER)¹³, trazendo tal documento em seu conteúdo os referenciais para um ensino religioso.

¹³O FONAPER é “uma sociedade civil de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins lucrativos, sem prazo determinado de duração, que congrega, conforme este Estatuto, pessoas jurídicas e pessoas físicas identificadas com o

O FONAPER assim se exprime:

valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, facilita a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade; (...) por isso não deve ser entendido como Ensino de uma Religião ou das Religiões na Escola, mas sim uma disciplina centrada na antropologia religiosa. (FONAPER, 1997, p. 30 e 11).

Em meados dos anos 90, a sociedade brasileira era marcada por indefinições políticas, profundas desigualdades sociais e muitas contradições no âmbito educacional. Nesta época buscava-se transformar o processo educativo, através de uma educação que deveria privilegiar o sujeito de forma plena. A LDBEN nº 9394 que foi promulgada em 20 de dezembro de 1996 relata que:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter (...) confessional (...) ou interconfessional. (LDBEN n. 9.394, 1996, art.33).

A diversidade religiosa da população brasileira e a compreensão de que o ensino religioso deve ser um componente curricular que contribui para “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDBEN, 9393/96, art. 2).

Sobre isso assim se expressa Scussel:

Nesta perspectiva, o professor precisa estar preparado, ser sensível ao pluralismo religioso e cultural e trabalhar a partir de um ponto de partida mais universal para o ser humano, como as perguntas sobre o sentido da vida, a busca humana

Ensino Religioso Escolar e se constitui em um organismo que trata questões pertinentes ao Ensino Religioso (ER), sem discriminação de qualquer natureza.” FONAPER, *Estatuto*, cap. I, art. 1.

pelo sagrado, pelo transcendente. É a partir das perguntas que surgiram as religiões, e é através delas que acontece o processo de aprendizagem. O professor de Ensino Religioso não é aquele que dá respostas doutrinárias às perguntas dos alunos, mas aquele que os questiona e os ajuda na construção de suas verdades de fé, nas suas crenças e nas convicções religiosas e os auxilia a construir um sentido para a sua vida. (SCUSSEL, 2007, p.10).

De acordo com Junqueira (2002,) a mudança de paradigma na concepção do ensino religioso, com a construção do PCNER e a procura de definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de docentes para esta área do conhecimento, com isso o Ministério da Educação e Cultura passou a exigir novas propostas de formação docente para esta área do conhecimento.

Com isso, registrou o aumento pelo interesse, compromisso, estudo e discussão em busca de parcerias suscitadas nas denominações religiosas, na comunidade acadêmica e nos sistemas de ensino no que diz respeito aos projetos de leis para a habilitação dos professores de E.R.

O educador do ensino religioso tem enormes desafios. Ele precisa estar aberto para o outro, conviver com o diferente, conhecer e acolher as verdades de fé das tradições religiosas e precisa ter clareza da sua religiosidade para acolher a experiência religiosa de seus educandos.

De acordo com Benincá (2001, p.54): “o mínimo que se requer do investigador é que possua experiência religiosa e uma pré-compreensão do fenômeno religioso”.

A sala de aula é o local de aprender, mas também de partilha e de construir conhecimentos, relações e significados para a vida.

Sobre isso, afirma Purificação:

É preciso que sejam criadas oportunidades para favorecer o professor no que diz respeito ao desenvolvimento de sua religiosidade. São vitais para que a experiência do professor antecipe a do aluno, questionando sua própria religiosidade, identificando a qualidade de suas experiências e, reconhecendo as como suas e particulares, desenvolva condições adequadas ao seu processo de crescimento interior. (PURIFICAÇÃO, 2004, p.33).

Com a concepção de uma prática educativa dialógica, ou ecumênica do ensino religioso não é a transmissão de informações e conhecimentos religiosos de uma ou de várias tradições religiosas. O que se objetiva com essa prática é a utilização da religiosidade de forma ecumênica para a constituição de cidadãos úteis à sociedade.

A questão da religiosidade é um dado da realidade que necessita ser observado, conhecido e compreendido. É um aspecto do desenvolvimento integral da pessoa e deve estar presente em sua formação.

A religiosidade, vivida integralmente de forma madura e equilibrada, nos conduz a uma responsabilidade social pelo bem-estar pessoal e comunitário. Segundo Cortella (2006, p 13) “ensino religioso é parte fundamental da tarefa educativa”.

O professor que aceita o desafio de trabalhar este componente curricular necessita ter clareza de sua vivência religiosa. Dessa forma o professor de ensino religioso precisa religiosidade consciente.

Ainda Segundo Cortella (2006) a solidez pedagógica é outro compromisso do ensino religioso, sem conteúdo não é possível uma boa aula, mas sem uma boa metodologia ele se torna impraticável.

O conteúdo não é o fundamental problema, mas sim a metodologia. O proselitismo não está no conteúdo desenvolvido, mas na metodologia, na forma como o educador vai abordar determinado conteúdo, partilhar as experiências e construir o conhecimento.

A didática é fundamental para que haja respeito e valorização das diferentes manifestações e experiências religiosas partilhadas.

O ensino religioso, assim como em outras áreas, deve ajudar a interpretar a vida, estabelecer relações entre os fatos, escolher caminhos, discernir valores.

Sobre isso, o FONAPER enfatiza:

A constante busca do conhecimento das manifestações religiosas, a clareza quanto à sua própria convicção de fé, a consciência da complexidade da questão religiosa e a

sensibilidade à pluralidade são requisitos essenciais no profissional do ensino religioso. (FONAPER, 1998, p. 28).

Assim, a situação da formação de professores para o ensino religioso mobilizou um significativo processo de organização de diversos cursos, como ficou constatado no relatório apresentado na 36ª Assembleia da CNBB, em 1998.

Em vista disso, a formação de docentes para o ensino religioso assumiu os mesmos passos e os trâmites previstos em legislação para a formação de profissionais das demais áreas de conhecimento, disponibilizando à sociedade uma formação que integra o estudo do fenômeno religioso na pluralidade cultural, procurando com isso o desenvolvimento no âmbito geral dos alunos.

O ensino religioso como uma perspectiva de uma educação para a cidadania plena é sustentada em pressupostos educacionais e não religiosos, mesmo que estas sejam legítimas e importantes para o ser humano, unindo diferentes áreas de conhecimento, sendo essas áreas integradas às Ciências da Religião.

Tal interlocução é importante na construção e articulação da disciplinaridade e interdisciplinaridade, objetivando com isso, entender o fenômeno religioso em todas as situações da existência humana.

O FONAPER, em 1997, publicou normas para a habilitação e admissão de professores para esta área que são as seguintes:

- Fazer parte do quadro permanente do magistério de qualquer esfera;
- Ser portador de diploma de licenciatura em ensino religioso;
- Demonstrar capacidade de atender à pluralidade cultural e religiosa brasileira, sem proselitismo;
- Comprometer-se com os princípios básicos da convivência social e da cidadania;
- Apresentar domínio dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso.

Sendo assim, as ciências da religião, ao se constituírem como uma das bases epistemológicas para o ensino religioso, contribuem dessa forma para que seja feita uma compreensão do humano enquanto ser histórico-cultural, estando situado dentro de referenciais religiosos, sendo influenciado por eles de múltiplas maneiras e agindo a partir deles.

Sobre isso, Junqueira reflete:

O envolvimento de universidades, secretarias de Educação, do FONAPER, de grupos educacionais e religiosos comprometidos com uma educação de efetiva participação no desenvolvimento da sociedade brasileira não tem se limitado às questões relativas à formação inicial de professores para o Ensino Religioso, mas se amplia e completa com propostas e ações de formação continuada e com pesquisas para esta área do conhecimento. (JUNQUEIRA, 2010, p.69).

Portanto cabe, em principio, ao Governo viabilizar a criação de cursos que possibilitem aos respectivos profissionais do Ensino Religioso uma habilitação baseada no PCNER e na LDB do ensino religioso, para que favoreça a promoção humana com retrospecto na qualidade de ensino.

Sobre a urgência disso afirma Markus:

No entanto, isso ainda não é uma prática em nosso país, pois nem sequer existe um perfil definido sobre o conteúdo a ser abordado nesta área de conhecimento, nem foi identificada a competência do profissional que se ocupará dela. O que existe são experiências isoladas de cursos das quais muitas estão ligadas a instituições religiosas. No entanto, se faz cada vez mais urgente refletir e desencadear ações efetivas e concretas para que essa disciplina tenha um tratamento igual às outras no que se refere a conteúdos e formação de profissionais. (MARKUS, 2002 p.44).

A formação de professores do E.R. necessita abranger uma visão histórica de como acontecem as relações entre as diversas religiões e culturas.

Tais profissionais devem tomar conhecimento e compreender os processos que explicam por que algumas denominações religiosas estão mais ou menos representadas no ensino e o motivo por que outras foram excluídas.

O registro histórico do percurso da formação de professores para o E.R. e os cursos que são ofertados para que se obtenha essa formação estabelecem parâmetros, tendo em vista a construção de uma teoria para a formação de professores que permita o processo de profissionalização dos que atuam no sistema educacional brasileiro.

Muitos desses desafios se apresentam em função de limites postos como a complexidade, exclusão e contradições no processo de formação de docentes no Brasil.

Há pouca caminhada histórica na formação de docentes para esta área do conhecimento, e restrito é o número de estudos e pesquisas a subsidiá-la, entre outros.

De forma paralela, ações e propostas em construção oportunizam diferentes perspectivas e desenhos na tessitura em desenvolvimento e apontam para compromissos com a criação de novos tempos, espaços e possibilidades.

1.5 A estrutura Pentecostal da Assembleia de Deus e a Igreja Católica.

A década de 30 é marcada pela autonomia da igreja com a relação a Igreja da Assembleia. “somente a partir de 1934 é que a influência americana, que continua muito limitada, faz-se sentir, a influência da missão sueca, sendo predominante no primeiro período” (CORTÉN, 1996, p. 67).

A Assembleia de Deus brasileira só se organiza em forma de uma convenção geral, muito tempo depois de sua fundação. Os missionários suecos ainda chegam a realizar modelo do que seria tal convenção geral, que só foi realizado em 1930 sendo este um marco determinante na história do pentecostalismo no Brasil.

A estrutura da Assembleia de Deus só pode ser entendida a partir da história da criação da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil Assembleia de Deus, a CGADB é uma sociedade civil de natureza religiosa, sem fins lucrativos cujos objetivos são:

- I. Promover a união e o intercâmbio entre as Assembleias de Deus;
- II. Atuar no sentido da manutenção dos princípios morais e espirituais inspirados na Bíblia;
- III. Zelar pela observância da doutrina bíblica, incrementando a evangelização e estudos bíblicos;
- IV. Manter a Casa Publicadora das Assembleias de Deus e propugnar pelo seu desenvolvimento;
- V. Promover e incentivar a proclamação do Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, no Brasil e no exterior;
- VI. Promover o desenvolvimento espiritual e cultural das Assembleias de Deus e manter a unidade doutrinária;
- VII. Promover a educação em todos os seus níveis e a assistência filantrópica; Exercer ação disciplinar sobre os seus membros.

As Assembleias de Deus estão organizadas em forma de árvore, no qual cada convenção é constituída pela Igreja Sede com suas respectivas filiadas, congregações e pontos de pregação. O sistema de governo eclesiástico é um misto entre o sistema episcopal e o sistema congregacional, onde os assuntos são previamente tratados pelo ministério, com forte influência da liderança pastoral, depois são levados à Assembleia para serem aprovados (SANTOS, 2008).

Os ministros (pastores e evangelistas) das Assembleias de Deus, podem estar ligados a convenções estaduais que, por sua vez, se vinculam a uma convenção geral. Segundo Santos (2008, p.78) a doutrina da Assembleia de Deus em Abreu e Lima e a crença em;

- a) Em um só Deus, eternamente subsistente em três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo;
- b) Na inspiração verbal da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé normativa para a vida e o caráter cristão;

- c) Na concepção virginal de Jesus, em sua morte vicária e expiatória, em sua ressurreição corporal dentre os mortos e sua ascensão vitoriosa aos céus;
- d) Na pecaminosidade do homem que se destituiu da glória de Deus, e que somente o arrependimento e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo é que pode restaurá-lo a Deus;
- e) No perdão dos pecados, na salvação presente e perfeita e na eterna justificação da alma recebidos gratuitamente de Deus pela fé no sacrifício efetuado por Jesus Cristo;
- f) No batismo bíblico efetuado por imersão do corpo inteiro uma só vez em águas, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme determinou o Senhor Jesus;
- g) Na necessidade e na possibilidade que temos de viver vida santa mediante a obra expiatória e redentora de Jesus no Calvário, através do poder regenerador, inspirador e santificador do Espírito Santo, que nos capacita a viver como fiéis testemunhas do poder de Cristo;
- h) Na atualidade dos dons espirituais distribuídos pelo Espírito Santo à Igreja para sua edificação, conforme a sua soberana vontade.

Já na Igreja católica segundo a CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil) no relatório sobre Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, revela que a doutrina da Igreja Católica consiste nos dogmas de modo geral, da condenação das heresias e da missão de ensinar e de santificar da Igreja, para a salvação das almas e para a maior glória de Deus. Constituem elementos principais da doutrina Católica:

O credo niceno-constantinopolitano, o governo da Igreja, sua hierarquia, a instituição do papado, o colégio episcopal, seus tribunais, seus conflitos, bem como os dogmas da santíssima-trindade, os dogmas sobre o Cristo, os dogmas marianos, sobre o homem, o culto aos santos, os santíssimos sacramentos: do batismo, da penitência, da eucaristia, da crisma, da ordem, do matrimônio e da unção dos enfermos, que transmitem a graça divina necessária para a santificação dos homens e do mundo, e, mediante os quais, a igreja a sua missão.

Em relação às suas tradições e ao seu culto, podemos dizer que, os cultos das Assembleias de Deus se caracterizam por orações, cânticos, testemunhos e pregações, onde muitas vezes ocorrem manifestações dos chamados dons espirituais, como profecias e o falar em línguas.

Já na Igreja Católica, a missa - entre os ritos dos outros seis sacramentos e da religiosidade popular (novenas, procissões, jejuns, abstinências, etc.) - segue um roteiro definido segundo o *site* da CNBB, tendo a missa as seguintes partes:

- a) Ritos iniciais: Entrada, Saudação do altar e da assembleia;
- b) Liturgia da palavra: silêncio, leituras bíblicas, salmo responsorial, aclamação antes da leitura do evangelho, profissão de fé, oração dos fiéis;
- c) Liturgia eucarística: preparação de dons, oração sobre as ofertas, oração eucarística, consagração, rito da comunhão, oração do Pai nosso, rito da paz, fração do pão, comunhão;
- d) Rito de conclusão.¹⁴

Na Assembleia de Deus, quanto aos costumes e às tradições, atitudes e comportamentos seguem os seguintes conceitos; quanto ao vestuário feminino deve-se observar o bom senso e manter sempre um razoável padrão de pudor.

¹⁴ Site da CNBB: WWW.cnbb.org.br

Quanto aos homens, prevalece a recomendação de uma boa imagem pessoal ante a sociedade, nos padrões exigidos por algumas organizações corporativas.

De igual modo, o uso da televisão, do rádio, da internet e a leitura de qualquer literatura, devem se basear no respeito à liberdade de seus membros usufruírem dos benefícios que a tecnologia põe ao dispor da sociedade contemporânea, porém, ressaltando que há princípios bíblicos doutrinários, que devem reger as atitudes dos fieis. (SANTOS, 2008, p. 79).

Em relação à Igreja Católica, sua postura mudou muito nesses últimos 30 anos. A igreja Católica no Brasil que é marcada em seu início pelo Padroado nos seus quatro séculos de existência no país ou pela recomposição da Aliança com o Estado a partir dos anos 30, pela ação do Catolicismo Romanizado e de seus Bispos reformadores no movimento que se denominou de "Neocristandade".

Assiste-se nos tempos atuais uma experiência de autonomia face ao poder Estatal.

Verifica-se uma lenta valorização do laicato, sempre marcado pela passividade e dependência do clero. Experiências como as da CEB's e dos novos Movimentos de leigos ensejam uma superação da dicotomia Igreja/mundo e apontam a perspectiva que "não é para deixar a responsabilidade da Igreja nas mãos de seus servidores (clero) que o povo de Deus é o responsável pela Igreja". Embora se encoraje a participação social dos seus membros, quanto à participação eclesial interna, existem muitos obstáculos e restrições (GREINACHER, 1994, p. 22).

Sua tradição e identificação com a cultura nacional que redundam numa penetração na nossa sociedade, isto gera uma manutenção de laços com a população que possui outras práticas religiosas embora considere o Catolicismo, como a religião em que se nasce e que se tende a permanecer nela.

Em comparação com o Catolicismo, a Assembleia de Deus é a tradição que escapa ao centro inclusivo Católico. Talvez seja essa a grande diferença

doutrinaria já que por isso, a Igreja continue mantendo uma atitude passiva quanto a evangelização missionária, “espera que o povo a procure” (ANTONIAZZI, 1990, p. 29).

Dessa forma, enquanto a Igreja Católica espera que os seus fieis vão até ela, a Assembleia de Deus e outras denominações Pentecostais vão em busca de seus fieis, em creches, presídios, de porta em porta, entre outros modos de busca por fieis.

Como afirma Antoniazzi, o avanço das "seitas pentecostais" tem colocado para a Igreja esta preocupação e alerta, juntamente com a percepção do seu despreparo frente a utilização dos meios de comunicação de massa: a mídia.

Contudo, alvissareiramente, as discussões em tomo da forma de evangelizar, levando em conta as culturas e a perspectiva de "inculturação", colocam-na no rol dos novos paradigmas e experiências da contemporaneidade. (ANTONIAZZI, 1990).

CAPITULO III

A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA E O DIÁLOGO ECUMÊNICO DA ASSEMBLEIA DE DEUS.

O investimento no ensino pela iniciativa privada é um marco na história educacional do Brasil. As primeiras escolas como vimos foram fundadas no Brasil pelos Jesuítas e foram uma parceira estabelecida pelo sistema privado e Estado (FRANCISCO FILHO, 2004).

A iniciativa privada teve grande expressão na educação brasileira e com a expansão do protestantismo oriundo dos Estados Unidos foram estabelecidos, como vimos, no período da primeira república, escolas protestantes que tinham um modelo de educação norte-americana no qual sua metodologia era por uma educação mais pragmática, voltada para a ciência e a técnica, que substituísse tanto o ensino oficial quanto o ensino católico.

O modelo de ensino protestante norte-americano foi acolhido pelo segmento liberal das elites brasileiras. Os educadores norte-americanos chegaram ao Brasil como arautos do liberalismo, do pragmático e do progresso (CORDEIRO, 2005, p. 37)

Sabe-se que a educação é a base primordial para o desenvolvimento do campo social. Além disso é considerado o meio para preparar os sujeitos

para o exercício da cidadania. E o espaço mais propício para tal prática é a escola já que esta exerce um singular fator de contribuição para o desenvolvimento humano.

O sistema educacional do Brasil resulta das necessidades atuais da sociedade da época. Um exemplo disso é a década de 20 quando surgem e se difundem no país vários movimentos dirigidos a uma democratização da cultura laica e religiosa tanto no estado como também se refletiu no ensino religioso brasileiro.

Tal trabalho social em prol das crianças de escolas públicas, gratuitas e laicas, teve em seu corpo educadores anônimos e embriões do que seriam mais tarde os nossos movimentos sociais.

Sobre isso, afirma Romanelli:

O quadro social brasileiro tem sido marcado por desníveis e injustiças. Conseqüentemente a expansão do ensino, foi deficiente, tanto no seu aspecto quantitativo, quanto em seu aspecto estrutural. A educação brasileira se constitui numa realidade complexa, imersa na realidade social. (ROMANELLI, 2001, p.23)

A cultura e a consciência de um povo não são apenas vagos produtos de uma época da história. Isso representa construções pessoais, interativas e sociais de símbolos e de significados. Educar é formar as gerações que se sucedem, através das diversas tendências da educação. Pensar a educação num contexto é pensar esse contexto mesmo.

A educação popular continua sendo um fundamento de identidade e um trabalho de várias ONG's (Organizações não Governamentais), aparecendo nos programas de políticas educacionais e no ensino religioso no Brasil.

Veremos a seguir a participação efetiva do Pentecostalismo, trazendo sua dimensão política e social no Brasil e na cidade de Abreu e Lima como também seu diálogo ecumênico a partir da Assembleia de Deus, principalmente em relação ao ensino religioso e à educação formal.

3.1 A Assembleia de Deus e a dimensão sociopolítica

As Igrejas pentecostais foram um grande fenômeno no Brasil e representam uma das áreas pouco estudadas. Segundo Paul Freston (1993), há a vantagem dessa maneira de colocar ordem no campo pentecostal e que amplia a versatilidade do Pentecostalismo e sua evolução ao longo dos anos.

Segundo Freston (1993, p.66): “A assembleia de Deus responde geograficamente como Igreja Protestante nacional por excelência, firmando presença no ponto de saída do futuro fluxo migratório”.

Segundo historiadores, o pentecostalismo no Brasil nunca foi homogêneo, desde sua criação ocorreram vários conflitos internos (MARIANO, 1999). Como já foi relatado, a Assembleia de Deus foi fundada em 1911 no Brasil e apresenta claras distinções eclesiais e doutrinárias em relação a outras Igrejas pentecostais, e durante o longo dos tempos vem gerando formas e estratégias evangelísticas e de inserção social bem distinta.

Segundo Mariano (1999, p. 51): “a Assembleia de Deus está entre as Igrejas pentecostais estabelecidas no país como denominação clássica, por sua organização a partir do movimento pentecostal norte-americano”.

Tal denominação pentecostal, em seu início, era composta majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por outras denominações protestantes e perseguidas pela Igreja Católica, tornando-se assim um fenômeno anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta de Jesus, na salvação e na rejeição ao mundo exterior.

Atualmente, seu perfil social sofreu uma mudança, embora continue abrigando as camadas pobres e pouco escolarizadas também a Igreja Assembleia de Deus conta com outros setores da sociedade como empresários, profissionais liberais e pessoas de classe média.

De acordo com Mariano (1999), o recente ingresso na política partidária, e na televisão, em busca de poder, visibilidade pública e respeitabilidade social, mostra-nos a tendência à acomodação social.

E talvez seja esse um dos motivos pelo qual a Cidade de Abreu e Lima tenha elegido o primeiro Pastor como Prefeito da cidade. Tal fato aconteceu, certamente, porque a maioria da população da cidade é evangélica.

É evidente que tal fato não é o único motivo para a chegada do Pastor ao poder, mas fatos como proposta política, apadrinhamento político, entre outros, são fatores que são essenciais para sua escolha. No entanto, a religião contribui muito, no caso da Cidade de Abreu e Lima, para que fosse eleito um Pastor para o cargo de Prefeito.

Passados 101 anos de existência da Assembleia de Deus no Brasil e 85 anos na cidade de Abreu e Lima, são mantidos bem vivos a postura e a ênfase que esta denominação confere à crença da manifestação do Dom do Espírito Santo, mostrando-se, porém, a Igreja mais flexível a este fato na atualidade e disposta a acompanhar certas mudanças que estão se processando no movimento pentecostal.

3.1.1 O crescimento da Assembleia de Deus

A presença dos evangélicos na população brasileira aumentou em cerca de 10%. A presença atualmente, em números absolutos, é mais de três vezes maior, ou seja, dos quase oito milhões de pessoas, em 1980, em 2000, o contingente evangélico atingiu um pouco mais de 25 milhões de fiéis.

Esse crescimento do pentecostalismo é bem significativo, sendo este período a época em que ultrapassaram a presença dos tradicionais (não pentecostais). De 3,85 milhões passaram para 17,7 milhões, cerca de 5 vezes a mais.

Na tabela 4 apresentaremos, de acordo com informações do Censo 2000, as 10 maiores Igrejas evangélicas.

TABELA 4: Maiores Igrejas Evangélicas do Brasil - 2000

Religião	População	% dos evangélicos
Assembleia de Deus	8.418.154	32,12
Batista	3.162.700	12,07
Congregação Cristã do Brasil	2.489.079	9,50
Igreja Universal do reino de Deus	2.101.884	8,02
Evangelho Quadrangular	1.318.812	5,03
Adventista	1.209.835	4,62
Luterana	1.062.144	4,05
Presbiteriana	981.055	3,74
Deus é AMOR	774.827	2,96
Metodista	340.967	1,30
Outras Pentecostais	2.630.721	10,04
Outras tradicionais	1.720.367	6,56
Total	26.210.545	100,00

Fonte: Atlas da Filiação Religiosa, PUC- Rio de Janeiro, 2003

Os dados da tabela acima indicam, em alguns casos, a reunião de várias denominações sob o nome de uma família maior. Na Assembleia, sua organização se dá pela união das várias denominações existentes entre elas com a denominação Abreu e Lima.

Entre batistas e presbiterianas há, por exemplo, muitas Igrejas pentecostais, como aquelas filiadas à convenção Batista Nacional ou a Presbiteriana Renovada.

A presença de diferentes denominações também acontece com as outras religiões presentes na tabela. É necessário analisar também nesta tabela a divisão entre evangélicos pentecostais e tradicionais.

No topo da tabela e liderando a lista encontra-se a Assembleia de Deus, maior denominação evangélica que abrange cerca de 32% da população brasileira.

Não é a intenção de estudar o fenômeno do crescimento dos evangélicos no Brasil, mas mostrar a partir desses dados, a hegemonia da

Assembleia de Deus entre as Igrejas evangélicas, justificando o fato de usarmos essa denominação como referência para compreendermos sua dimensão política e social no Brasil e especificamente na cidade de Abreu e Lima e como isso se reflete no Ensino Religioso das escolas.

3.1.2 A história da Assembleia de Deus no Brasil

A Assembleia de Deus foi fundada em 18 de junho de 1911, na cidade de Belém, no Estado Brasileiro do Pará, e tem em sua raiz em ethos sueco/nordestino (FREESTON, 1993).

Os missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, o último ex-pastor da *Swedish Baptist Church* (Igreja Batista Sueca), de Menominee, Michigan nos Estados Unidos, foram os apóstolos que lançaram as primeiras sementes por ocasião de uma convenção de Igrejas batistas reavivadas¹⁵, na cidade Americana de Chicago, ao receberem uma mensagem considerada por eles profética, sentiram-se chamados para uma terra distante, no caso o Estado Brasileiro do Pará (HURIBUT, 1979).

A chegada dos suecos ao Brasil ocorreu em 19 de novembro de 1910. Sem que seu sustento estivesse garantido e sem apoio de nenhuma denominação ficaram alojados no porão da Igreja Batista que naquela época se localizava na Rua Balby, nº 406 onde eles permaneciam sempre em orações.

A experiência de falar em línguas se espalha pela região e assim nasce a primeira Igreja Assembleia de Deus no Brasil, em junho de 1911.

¹⁵Segundo o autor da obra História da Igreja Cristã, Reavivada é o termo dado às Igrejas em que acontecia a manifestação de Batismo com o Espírito Santo.

Sobre isso afirma Cortén (1996, p.67): “Tão logo os missionários suecos começaram a falar a língua portuguesa, iniciaram o trabalho evangelístico, enquanto doutrinavam a respeito do batismo com o Espírito Santo”.

Passados sete meses na cidade, congregados na Igreja Batista, ocorreu um corte a respeito de sua mensagem pentecostal. Algumas pessoas que aceitaram a experiência do Batismo foram excluídas da Igreja Batista e criaram a missão de fé apostólica. Era um dos nomes de um dos grupos do pentecostalismo nos Estados Unidos, que, logo após o primeiro Concílio, passou a se chamar Assembleia de Deus.

Freston atesta que:

Em poucas décadas, a Assembleia de Deus, a partir de Belém do Pará, onde nasceu, começou a penetrar em todas as vilas e cidades até alcançar os grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em virtude de seu fenomenal crescimento, os pentecostais começaram a fazer diferença no cenário religioso brasileiro. (FRESTON, 1993, p.69).

Os missionários suecos que tanto influenciaram os primeiros quarenta anos de Assembleia de Deus no Brasil vieram de um país religioso, social e culturalmente homogêneo, no qual eram marginalizados.

Eles pertenciam a uma minoria religiosa num país cujos vários trâmites burocráticos ainda passavam pelo clero luterano, desprezavam a Igreja estatal, com seu alto status social e político e seu clero culto e teologicamente liberal.

Freston (1993) relata que essa postura contribuiu para a maior liberdade da Assembleia de Deus, em comparação com as Igrejas históricas.

Há outros fatores que também contribuíram para a formação do perfil dessa denominação evangélica como o desenvolvimento da Igreja em mãos nacionais e com condições econômicas do povo.

Dessa forma, podemos observar que a Assembleia de Deus foi criada por um grupo pequeno e marginalizada num país na época considerado pobre.

Tais missionários não tiveram condições de no começo investir financeiramente em Igrejas, criando instituições poderosas. Com isso o ethos da Assembleia evitou o aburguesamento no início de sua caminhada.

Outro fator importante foi a rejeição dos missionários suecos na ênfase do aprendizado formal que reforçava o *status* de missionários frente a adeptos nacionais. Fica claro a partir de relatos de autores que os missionários estavam criando uma comunidade de gente socialmente excluída, seja na Suécia luterana, ou no Brasil, país católico em sua formação.

Talvez isso explique os trabalhos desenvolvidos pela Assembleia de Deus no Brasil e principalmente na Cidade de Abreu e Lima, trabalhos esses que veremos mais à frente.

Sobre essa temática reflete Campos:

Quando Daniel Berg e Gunnar Vingren chegaram ao Brasil, ninguém poderia imaginar que aqueles dois jovens suecos estavam para iniciar um dos movimentos que alteraria profundamente o perfil religioso e até social do Brasil. Suas intenções era trazer resultados da experiência com o Batismo do Espírito Santo (CAMPOS JR., 1995, p.35).

A mentalidade da Assembleia carrega as marcas dessa dupla origem da experiência sueca, no início da história da Igreja, de marginalização cultural como também as marcas da sociedade patriarcal das regiões norte e nordeste dos anos 30 e 60.

Com o processo de expansão do pentecostalismo, chegaram a Pernambuco os missionários vindos da Suécia. Chegaram ao Estado após uma breve passada pelo estado do Pará. Eles vinham com a missão de trazer o pentecostalismo ao Estado.

Segundo Rodrigues (1968, p.10), “em 12 de janeiro de 1918, desembarcaram em Belém do Pará, onde se demoraram cerca de oito meses dedicados especialmente ao aprendizado da língua portuguesa. Após seguiram para Recife, capital de Pernambuco”.

Tal surgimento da Assembleia de Deus só aconteceu, em 24 de outubro de 1918, e aconteceu de forma rápida. O modo achado para a

divulgação do movimento pentecostal, no Estado de Pernambuco, foi a venda da Bíblia e do Novo Testamento. Dessa forma, o missionário pode de forma rápida instalar o evangelho pentecostal no Estado.

3.2 A contribuição sociopolítica, ecumênica e religioso-educacional da Assembleia de Deus.

O processo educativo vivido pela Assembleia de Deus no Brasil ocorre de três formas distintas: a educação informal, não formal e formal. A educação “informal” se resume naquela que qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, através de experiência dentro da comunidade, com o mundo, nas práticas religiosas e cotidianas.

Esta tem a função de ampliar as possibilidades dos seus participantes encontrarem os elementos de que precisam para se orientar e dar sentido a suas experiências pessoais nesse processo informal.

Já a educação “não formal” pode ser definida como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente se realiza fora da conhecida organização e elaboração do ensino formal.

E a educação “formal” é aquela que trata do ensino escolar institucionalizado, gradual e hierarquicamente estruturado.

Em seu início, a Assembleia de Deus não se preocupou com a educação formal. Seu desenvolvimento foi baseado única e exclusivamente na educação informal. Isso se deve pelo fato de que havia uma rejeição dos

suecos, que instalaram a denominação no Brasil, em relação ao aprendizado formal.¹⁶

Logo após a criação da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil e a passagem da liderança da Assembleia de Deus para os nacionais, começou a ter-se uma preocupação com o treinamento dos líderes, criando-se os primeiros seminários para o estudo e o ensino da teologia.

Segundo Cortén (1996, p 67):

enquanto os suecos consideram que a educação teológica deve ser feita em algumas semanas em escolas bíblicas, os americanos incitam a uma formação mais profunda. A tentativa de um americano de fundar um seminário em 1948 fracassou, frente a resistência sueca brasileira.

De acordo com Daniel (2004), Kolenda propôs que o primeiro Instituto Bíblico deveria ser erguido na região Centro-Oeste do Brasil. No início, o missionário Samuel Nystron afirmou que os institutos bíblicos deveriam ser um lugar no qual os futuros obreiros não seriam formados, mas sim, iniciados na teologia.

Nota-se que apesar de existir uma concordância para a criação dos Institutos Bíblicos, no entanto, existia a precaução em não transformá-los numa escola de formação de pastores, assim como ocorria com as Igrejas tradicionais. Por isso, a importância da criação de tais institutos foi amplamente discutida.

E, em 1947, na Convenção Geral, foi defendida uma organização para a criação dos institutos.

Daniel afirma que:

Referindo-se aos cursos bíblicos por correspondência criados na semana Bíblica de 1943 e a um eventual instituto Bíblico,

¹⁶Os suecos admitiam apenas o modelo de Pethrus, das escolas bíblicas de poucas semanas que tinham como objetivo difundir aos fiéis e principalmente aos líderes, princípios doutrinários que ratificavam a visão do pentecostalismo.

achou que os mesmos poderiam significar a quebra desses princípios de preparação dos obreiros, uma vez que fugissem da órbita da igreja local. É de parecer que a Convenção apelasse às igrejas no sentido de ampliar as escolas bíblicas já existentes por iniciativa das próprias igrejas achando viável haver consultas prévias entre campos próximos para não coincidirem essas escolas em tempos iguais. Ele acha conveniente, igualmente, convidar para dirigir essas escolas independentemente de suas nacionalidades. (DANIEL, 2004, p 32).

O período mais intenso nos debates foi de 1962 a 1970, no qual os convencionais reunidos de 15 a 19 de novembro de 1962 debateram sobre o ecumenismo, missões e o uso das telecomunicações para a evangelização. Durante todo esse período os debates em torno das instituições educacionais se tornaram mais aquecidas.

Ainda segundo Daniel (2004, p. 34):

O IBAD- Instituto Brasileiro das Assembleias de Deus, fundado pelo casal de missionários João Kolena Lemos e Ruth Dorris Lemos em Pindamonhangaba e o IBP – Instituto Bíblico Pentecostal, fundado pelo missionário Nels Lawrence Olson, necessitavam de apoio e foi esse o motivo pelos quais trouxeram varias discussões em torno da educação assembleiana.

No inicio, tais debates giravam em torno da conscientização. Nestes termos Kolenda dissertou sobre a significação, valor e atividades dos institutos bíblicos, defendendo sua criação e manutenção para o aprimoramento da juventude da Igreja e ao mesmo tempo fortalecendo a cultura bíblica e espiritual da Igreja atual.

Muitos foram contra e para diminuir os debates foi criada uma comissão para tratar de assuntos educacionais.

O pentecostalismo inicial era liderado fundamentalmente por ativistas orientados para a evangelização e com pouca preocupação com a educação formal.

Mas essa agora é aceita como parte do trabalho e da missão da igreja. Para se entender a Educação Assembleiana no Brasil deve-se levar em conta

a visão que esta denominação tem do mundo e de que maneira ela trabalha a educação formal e seu desdobramento em relação à sociedade na qual está inserida.

O ensino nas escolas de educação formal da Assembleia de Deus (AD) é entendido como programas das escolas e funcionam de acordo com a legislação educacional vigente no Brasil, incluindo as modalidades de ensino adotadas por essa legislação.

Tais modalidades vão da Educação Infantil ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Ensino Técnico e Superior.

Modelo diferente foi adotado pelas escolas dominicais como afirma Daniel:

É importante destacar que a Convenção Geral se reúne a cada dois anos. Na Convenção Geral de 1968, não houve debate sobre educação, mas na Convenção Geral de 1971, foi criado definitivamente a Comissão de Educação Religiosa. A função da comissão foi assim definida: “A referida comissão elaborará o esquema de um currículo que, depois de lido, discutido e aprovado pelo plenário, será adotado pelas escolas bíblicas permanentes e instituições congêneres.” (DANIEL, 2004, p 38).

No ano de 1975, por ocasião da Convenção, foi feito um documento fazendo alusão ao reconhecimento do Instituto Bíblico Pentecostal, fundado pelo missionário Lawrence Olson, um dos maiores defensores do Ensino Religioso no ensino “formal” e nas instituições das Assembleias de Deus.

Mas, a partir de 1977, com a resolução nº 4/77, que tem como objetivo ampliar as competências da comissão de educação e cultura religiosa, mudanças que ocorreram também no nome da Comissão que antes era Comissão de Educação Religiosa.

Tais mudanças nas competências visam a ampliar a visibilidade da Comissão.

Tais ampliações foram:

- I. Examinar os currículos a serem adotados pelos educandários vinculados às Igrejas e convenções;

- II. Fiscalizar, nas secretarias dos educandários, os planos e conteúdos de cursos e seus respectivos funcionamentos, podendo intervir, sugerir ou corrigir com a finalidade de que estejam de acordo com os regimentos da Igreja e da palavra de Deus, seguindo a orientação mantida pelas Assembleias de Deus no Brasil;
- III. Fornecer o reconhecimento dos cursos teológicos desde que estejam de conformidade com o item II;
- IV. Realizar a expedição e reconhecimento de certificados dos educandários e instituições de ensino e culturais ligadas à Igreja Assembleia de Deus, assim como, cassar tais certificados por motivo justo dando total direito de defesa às instituições.
- V. Expedir certificados de Ministro evangélico, mediante documentos comprobatórios;
- VI. Expedir certificados sobre o bom nível de programas radiofônicos ou outros veículos de divulgação mantidos pela Igreja.

Segue abaixo uma lista das principais Instituições Teológicas reconhecidas pela Comissão de Educação e Cultura Religiosa da Assembleia de Deus:

CETEMO - Centro de Ensino Teológico Morá - RJ
 EBPS - Escola Bíblica Permanente Sião - Belo Horizonte - MG
 EETAD - Escola de Educação Teológica das Assembleias de Deus - Campinas - SP
 EETDAFL - Escola de Educação Teológica Pastor Antônio Ferreira Lopes - SP
 ESTEADB - Escola Teológica das Assembleias de Deus no Brasil - Natal - RN
 ESTEADB - Escola Teológica das Assembleias de Deus no Brasil - Recife - PE
 ESTEADB - Escola Teológica das Assembleias de Deus no Brasil - Salvador - BA
 ESTEMAPEL - Escola Teológica Pr. Manoel Pereira de Lima - AL
 ETCCCL - Escola Teológica Cícero Canuto de Lima - Ministério do Belenzinho - SP
 ETEL - Escola Teológica Pastor Cícero Canuto de Lima - Lorena - SP
 ETEQS - Escola Teológica Pr. Elizeu Queiroz de Souza - Jundiá - SP
 FACECADS - Faculdade do Centro Educacional e Cultural da AD em Sorocaba - SP
 FAETEL - Faculdade de Educação Teológica Logos – SP
 FATEADAL – Faculdade Teológica da Assembleia de Deus de Abreu e Lima – Abreu e Lima/PE
 FAETEPMAT - Faculdade de Educação Teológica Pentecostal das Assembleias de Deus no MT

FASSEM - Faculdade Assembleiana de Teologia e Educação Religiosa - DF
 FATECAD – Faculdade de Teologia e Cultural das Assembleias de Deus - Teixeira de Freitas - BA
 IBAAD - Instituto Bíblico Amazônico das Assembleias de Deus - PA
 IBAD - Instituto Bíblico das Assembleias de Deus - Pindamonhangaba - SP
 IBADAM - Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas - AM
 IBADEJ - Instituto Bíblico da Assembleia de Deus em Joinville – SC
 IBADEM - Instituto Bíblico das Assembleias de Deus no Maguari - Ananindeua - PA
 IBADEP - Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Estado do Paraná - PR
 IBADERJ - Instituto Bíblico das Assembleias de Deus do Estado do Rio de Janeiro - RJ
 IBADES - Instituto Bíblico das Assembleias de Deus do Espírito Santo - ES

O curso de Bacharel em Teologia fornecido pelas faculdades e instituições ligadas à Assembleia de Deus no Brasil receberá o reconhecimento do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Tal reconhecimento só aconteceu a partir de 1999.

Assim a partir desse ano “as faculdades, escolas e seminários que já existiam há décadas tiveram em tese a oportunidade de pedir registro de reconhecimento dos cursos junto ao MEC”.¹⁷

Em relação à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio a Assembleia de Deus é um dos movimentos pentecostais que mais tem atraído a massa e é nisto que encontra-se sua força no campo educacional.

É uma denominação que se identifica com suas buscas. Isso fica claro quando olhamos para a história dessa denominação e vemos que ela se autossustenta, autopropaga-se e se autogoverna.

Segundo Freston:

[...] na realidade é uma complexa teia de redes compostas de igrejas-mães e igrejas e congregações dependentes. Cada rede não habita necessariamente uma área geográfica contígua. O pastor-presidente da rede é, efetivamente, o líder, com grande concentração de poder, que administra o seu campo de trabalho sem precisar prestar contas à Convenção Geral da sua administração financeira. O pastor presidente é escolhido por voto unânime do “ministério”, um corpo composto de pastores, evangelistas e presbíteros, este, ocupa um cargo vitalício. (FRESTON, 1993, p. 72).

¹⁷Conforme publicação no site do SBTE: Seminário Brasileiro Teológico da Igreja Batista. www.sbtseminariodeteologia.com.br

Portanto com esta estrutura autônoma é que existe em todo o Brasil uma rede de creches, escolas de Ensino Fundamental, Médio e Superior vinculadas com a Assembleia de Deus.

Apresentaremos agora alguns projetos da Assembleia de Deus neste sentido na Cidade de Abreu e Lima e citaremos também outras instituições que fazem parte da denominação em outras cidades.

3.2.1 O trabalho sociopolítico da Assembleia de Deus em Abreu e Lima

Na cidade de Abreu e Lima, no ano de 1979, foi fundado o Lar Evangélico Estrela de Bethel, um orfanato fundado na gestão do Pastor Isaac Martins Rodrigues, passando a integrar o patrimônio da Igreja e sendo mantido por ela como primeiro diretor presidente, o Pastor Isaac Martins Rodrigues, e a diretora adjunta, Irmã Britiz Carlson.

Eles desenvolveram um projeto de amparo a menores órfãos do sexo feminino e em regime de internato. Suas finalidades eram de proporcionar-lhes assistencialismo socioeconômico, educacional, religioso e na área de saúde.

Em anexo funcionava um abrigo para idosos e um templo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, tendo como Pastor auxiliar Josué de Araújo Barros, inaugurado na gestão do pastor Isaac, permanece ainda hoje, abrigando pessoas da terceira idade.

Segundo Weber (2004, p.82):

O mundo existe para servir à glorificação de Deus, e só para este propósito... Deus, porém, requer realizações sociais dos cristãos, porque Ele quer que a vida social seja organizada conforme Seus mandamentos, de acordo com tais propósitos... Este caráter é, pois compartilhado pelo trabalho dentro da vocação, que propicia a vida mundana da comunidade (WEBER, 2004, p.82)

Com a saída da Irmã Britiz Carlson da direção, assume a Irmã Cosma Maria, esposa do Pastor Isaac. Esta gerenciou num período de aproximadamente 17 anos, assessorada pelo Pr. Josué de Araújo Barros.

No ano de 2004, assume a presidência da Assembleia de Deus em Abreu e Lima, o Pastor Roberto José dos Santos, substituindo o pastor Isaac Martins, jubulado neste mesmo ano.

Com a nova presidência, acontece a mudança de cargos administrativos, passando a serem os diretores da entidade: o pastor Roberto José dos Santos e sua esposa Irmã Iraci Soares de Souza Santos.

Atualmente, funciona como Associação em parceria com a *Compassion Internacional*, designado Projeto BR 214 CDI, situado no bairro de Planalto, local formado por uma população de baixa renda, na sua maioria não evangélica, constituindo-se em um grande desafio para a Igreja. (SANTOS, 2008).

Neste momento, o projeto assiste aproximadamente 500 crianças e adolescentes, buscando resgatá-los de uma sociedade violenta, marginalizada, e excluída por todos. É através do evangelho de Cristo que tem lançado as mãos ao arado para libertar este público, assistindo-lhes nas mais modernas concepções pedagógicas, bem como nas áreas social, religiosa e de saúde.

Outra instituição que a Assembleia de Deus mantém na cidade é o Educandário Neusa Rodrigues, inaugurada em fevereiro de 1975. Em 1978, a escola recebeu a autorização da Secretaria de Educação do Estado para implementar os cursos de Magistério, de Contabilidade e auxiliar de Contabilidade.

Em 1980, o Neusa Rodrigues já comportava 1.800 alunos, distribuídos nos horários: manhã, tarde e noite. A escola após a reforma passou a ter dois pavimentos, 11 salas de aula, biblioteca, secretaria, auditório, diretoria, sala dos professores, sala de arte, cantina e quadra para educação física (SANTOS, 2008, p.34).

Em 2004, assume como diretor o Pastor Roberto José dos Santos, que dá prosseguimento às atividades do educandário.

No entanto, com a eleição do novo prefeito Flavio Gadelha, em 2005, o convênio com a prefeitura de Abreu e Lima é cortado e, infelizmente, a Igreja

não tem condições de manter sozinha tal instituição. Após tantos anos como referência de ensino na região, o educandário encerrou as atividades.

Em Abreu e Lima a Assembleia de Deus mantém também a Faculdade Teológica da Assembleia de Deus de Abreu e Lima – FATEADAL, a instituição foi inaugurada em 04 de fevereiro de 2000 e é reconhecida pelo CEC(Conselho de Educação e Cultura) da CGADB: (Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil).

Santos afirma que:

A FATEADAL trabalha com o propósito de preparar homens e mulheres conscientes de sua missão neste mundo, dando-lhes a oportunidade de crescer na graça e no conhecimento do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. (SANTOS, 2008, p.112).

Também se encontra em Abreu e Lima a Escola de Educação Teológica da Assembleia de Deus (ETEAD), criada pelo ministro Bernhard Johnson, em 1976, começando a fazer parte da Assembleia de Deus, em Abreu e Lima, através do núcleo 761, em 7 de setembro de 1991, quando implantou o curso básico em teologia.

Outro trabalho desenvolvido pelos missionários da Assembleia de Deus de Abreu e Lima é a visitação e realização de cultos no Centro de Observação e Triagem de Abreu e Lima (COTEL), com um trabalho segundo eles de levar a palavra de Deus aos presidiários realizando dessa forma um trabalho de ressocialização dos mesmos.

A responsabilidade deste trabalho fica por parte das Assembleias de Deus do Ministério Abreu e Lima que se localizam nos bairros vizinhos ao COTEL e ligadas ao templo central de Abreu e Lima e a COMADAL (Convenção de Ministros da Assembleia de Deus em Abreu e Lima).

Afirma Borges:

A igreja tem dado uma contribuição muito grande nesse processo de ressocialização. Primeiro, através da propagação do evangelho, levando a mensagem de Cristo dentro do presídio e nós temos visto o Senhor transformar vidas. (BORGES, 2009)¹⁸.

¹⁸ BORGES, Pr. Rinaldo, da Assembleia de Deus do Estado de Pernambuco. Carta de Sessão 12/09/2009.

Tal citação relata um trabalho realizado no presídio Aníbal Bruno na cidade do Recife. Mas tal trabalho e sentimento se refletem também na vivência dos missionários no COTEL, em Abreu e Lima.

Tal trabalho sempre em busca da ressocialização e de um diálogo ecumênico entre o catolicismo e o pentecostalismo já que a Igreja Católica do bairro de Caetés, um bairro próximo ao COTEL, também realiza trabalho parecido no mesmo local.

3.2.2 O Diálogo de Ecumênico da Assembleia de Deus em Abreu e Lima

O diálogo ecumênico da Assembleia de Deus segue basicamente o diálogo realizado em âmbito nacional, mas para compreendermos tal discurso antes vamos realizar um pequeno apanhado histórico sobre o pensamento ecumênico.

Queremos aqui e além contar as idas e vindas do movimento ecumênico, delineando também o discurso ecumênico. A consciência ecumênica, não apareceu de uma hora para outra, e também não foi uma ação imposta pelas instituições, mas elas se constituem no tempo.

Revel sobre essa temática assim afirma:

O social é uma realidade somente enquanto construído pelo historiador, e da mesma forma o ecumenismo foi uma realidade construída por teólogos e pelos agentes dessa teologia (REVEL, 1989, p.7).

O cristianismo brasileiro tem em sua raiz uma matriz ibérica. Isso se deve pelo fato de terem havido as missões portuguesas no Brasil que eles denominavam de novo mundo.

Este foi o período da Contra-Reforma e ocorreu a implantação da Catequese católica. Durante séculos, chegaram ao Brasil os Jesuítas, Carmelitas, Franciscanos e Dominicanos.

Por conta da imensidão do país e dos reveses políticos que ocorrem, a pregação e a Catequese não tiveram uma história linear, sendo interrompidas e deixando lacunas na evangelização do país.

De acordo com Maçaneiro (2008, p.01):

Havia muito catecismo e pouca Bíblia na mão do povo. Grande parte das comunidades sofria ausência do presbítero. A visão de Igreja era marcada pelo regime do Padroado: a Coroa Portuguesa e seus representantes no Brasil administravam o setor religioso e, inclusive, indicavam os Bispos para as dioceses da Colônia. As Ordens Terceiras carmelitanas e franciscanas disputavam prestígio e reconhecimento público, com sua devoção barroca, colorida e exuberante nos campos, vilas e cidades.

Com o passar do tempo, a Igreja Católica respirou ares novos, retornando as fontes genuínas da fé e isso devido ao Concílio Ecumênico Vaticano II. Dessa forma a bíblia é amplamente divulgada, várias pessoas assumem cargos de liderança, crescem as vocações religiosas, renovam-se a catequese e a liturgia, surge uma Igreja missionária e ministerial.

Segundo Maçaneiro:

a cada ano que passa, temos uma geração cada vez mais distante do Concílio Vaticano II. A essa distância se acrescentam a desagregação da família, o aumento da violência urbana e o subjetivismo exacerbado no campo religioso. Resultado: a recepção do Vaticano II no Brasil ainda não se concluiu e já vivemos cenários novos e desafiantes. (MAÇANEIRO, 2008, p.01).

Tal situação tem influenciado os programas da própria Igreja Católica e interfere nas relações dessa Igreja com as demais Igrejas, principalmente as pentecostais. Apesar de experiências do diálogo ecumênico, alguns consolidados, ainda existem muitos entraves para serem discutidos.

O teólogo uruguaio Júlio de Santa Ana (1987), mostrou no seu livro “Ecumenismo e Libertação”, as possíveis definições do termo “ecumenismo”, que vão desde a sua raiz etimológica até o sentido moderno de busca da unidade da Igreja cristã, em um mundo dividido.

Dessa forma o ecumenismo é um desejo de unidade que segundo Agostinho Bea (1991, p.5) “nasce e amadurece de uma mente renovada pelo despojamento de si mesmo e pelo exercício do amor”.

O cenário atual se mostra desafiador, pois cada Igreja quer apresentar sua palavra como verdade absoluta e, em muitos casos, não aceita o diálogo entre duas ou mais religiões.

Tal discurso é ainda mais desafiador quando falamos de um diálogo entre a Assembleia de Deus com outras religiões, mas principalmente com o Catolicismo.

Isso se deve segundo Maçaneiro (2008, p.02) aos seguintes fatores;

Missão evangélica anti-católica: as missões protestantes que vieram para o Brasil – do século XIX até as *free churches* mais recentes – assumiram um espírito fortemente anti-católico. Afinal, elas aportavam num país com herança do Padroado, onde o catolicismo era “religião de Estado”, repleto de devoções e sincretismos considerados anti-bíblicos. Tinham ante os olhos toda uma nação para converter. Hoje, o meio pentecostal brasileiro ainda cultiva o discurso proselitista, embora menos agressivo e com crescente respeito pela identidade católica.

Assimilação mercadológica da religião: aqui, há um verdadeiro domínio do mercado sobre a religião. Grande parte das comunidades pentecostais e neo-pentecostais assumem a Teologia da Prosperidade, que faz dos bens materiais um sinal evidente da bênção divina. Num país com imensa camada populacional carente (migrantes, desempregados, doentes, moradores de rua, trabalhadores sem-terra) é claro que a pregação pentecostal de prosperidade atrai, e muito. Neste campo, é difícil discernir entre o anúncio da libertação cristã e a proposta de uma religião mercadológica, na qual Deus aparece como garantia de riquezas e vitória material.

Manifestações de fundamentalismo: seja do lado católico, seja do lado evangélico, emerge certo fundamentalismo. Os pentecostais procuram seguir a literalidade das Escrituras, embora isso não lhes garanta consenso. Já algumas manifestações católicas assumem elementos secundários da fé (devoções, símbolos, práticas locais) como se fossem elementos primários: assim, configura-se um “fundamentalismo católico” que usa elementos do catolicismo tradicional, não com finalidades espirituais, mas com finalidades identitárias. Pois uma coisa é expressar a devoção a Maria nos termos bíblicos e tal como o Magistério propõe; outra coisa é transformar Maria em bandeira de batalha anti-protestante. Nos dois casos – evangélico e católico – o discernimento da identidade cristã, nos seus elementos fundantes legítimos, será antídoto pastoral ao fundamentalismo.

Trânsito religioso: o subjetivismo pós-

moderno, de um lado, e a variada oferta de opções religiosas, de outro, favoreceram no Brasil o fenômeno do “trânsito religioso”. Há um acelerado ir e vir das pessoas nas diferentes Igrejas. Em menos de dez anos, a população católica diminuiu 10% do seu total. Contudo, a maioria dos que se declaram “evangélicos” (sem distinção entre protestantes e pentecostais) não têm pertença religiosa estável, mas transitam de uma denominação a outra.

Tais fatores dificultam o diálogo entre o pentecostal e o catolicismo. As posições se polarizam, aumenta-se o medo de perder fiéis para outras denominações e por conta disso não se abrem ao diálogo. Esse fechamento é tão expressivo que ambos os lados se mostram muitas vezes indiferentes a uma reflexão ecumênica.

Existem vários tipos de ecumenismo hoje nas literaturas. Em um sentido mais restrito podemos dizer que o ecumenismo busca a unidade entre as diversas denominações advindas da reforma protestante, no nosso país denominadas de evangélicas e aqui mais especificamente a Assembleia de Deus, e as outras organizações cristãs como é o caso dos católicos romanos e ortodoxos.

A chegada das missões pentecostais na América Latina trouxe para a reflexão teológica uma gama de problemas que exigiu o posicionamento dessas missões, pois, além dos problemas sociais parecidos aos que ocorrem na Europa com o advento do capitalismo, existia o problema da subjugação dos povos latino-americanos aos interesses imperialistas.

Outro problema para as denominações pentecostal, especialmente no Brasil, foi pensar a unidade das Igrejas em uma região de hegemonia católica romana.

Dias sobre isso afirma:

Um fato peculiar do movimento ecumênico no Brasil foi a sua articulação em organizações não-governamentais (ONGs). Assim, um dos nossos objetivos foi demonstrar como isso ocorreu. O movimento ecumênico brasileiro teve essa característica de ser em muitos casos um movimento de pessoas e não um movimento eclesial. (DIAS, 2007, p.15)

O ecumenismo que estamos aqui apresentando é aquele produzido no Brasil.

Entretanto é impossível não atrelá-lo ao contexto da sua articulação internacional, principalmente em relação aos países vizinhos.

Uma estratégia possível para o início do dialogo ecumênico é investir na formação dos agentes eclesiais: clero, laicato e vida consagrada. Apesar dos aspectos negativos já citados neste trabalho, o diálogo ecumênico se impõe historicamente como fato incontornável para a Igreja de hoje.

A Conferência episcopal brasileira, a CNBB, insiste na formação e práticas ecumênicas, através da comissão episcopal para o diálogo ecumênico (entre cristãos), e para o diálogo inter-religioso (religiões não cristãs).

Tal comissão, segundo a CNBB, tem por finalidade prestar assessoria pública, material e informativa e organiza eventos sobre o ecumenismo.

Dessa forma, a formação e a prática ecumênicas conquistam terreno nas dioceses, institutos teológicos e pastorais organizadas.

Assim configura-se um cenário de contrastes na Igreja do Brasil, ou seja, de um lado, os movimentos contra o ecumenismo e, de outro, ações que mostram ser possível um dialogo ecumênico.

Esse exemplo que pode ser seguido na Cidade de Abreu e Lima já que existe um grande número de pentecostais na cidade e sabe-se que estas não se denominam ecumênicas.

O diálogo inter-religioso traz importantes contribuições para a vida do sujeito, pois nos traz uma visão unificada de fé e de formas de conviver com o social. Sendo este último (o social) um dos fatores primordiais para a constituição do sujeito.

Os trabalhos realizados na cidade de Abreu e Lima pela a Assembleia de Deus, principalmente as de ordem social, poderiam ter um caráter de discurso ecumênico e inter-religioso, pois esse processo de trocas de vivências e contato entre diferentes visões permitem uma interação que desenvolve um mútuo aprendizado a cada momento.

Cabe às instituições que realizam tais trabalhos juntamente com o ensino religioso, tanto debatido aqui, proporcionar espaços de aprendizado,

seja de respeito, seja de interesse pela expressão do outro indivíduo e a introjeção das diferentes contribuições.

Assim um diálogo ecumênico, além de ser muito bom para as próprias Igrejas cristãs, neste caso a Assembleia de Deus e a Católica, também é útil para seus próprios fiéis e conseqüentemente para as comunidades e para a própria sociedade em que vivemos, já que tal discurso traz em sua concepção a dimensão de um sujeito democrático, consciente de seu papel na sociedade secularizada de nossos dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino religioso em sua prática no Brasil esta entrelaçada com a historia da colonização, quando a principal preocupação de Portugal era a expansão da fé cristã nas colônias conquistadas, ou seja um dos objetivos do projeto colonizador português era a cristianização das populações indígenas e dos escravos.

Assim o projeto do cristianismo chega no Brasil passando dessa forma a subjugar as outras expressões culturais e religiosas aqui existentes. Vimos que durante o período imperial o ensino religioso se afirmou diante de um contexto de união entre o estado brasileiro e a Igreja Católica, pois a partir da carta constitucional de 1824 que declarava a Igreja Católica Apostólica Romana como a religião oficial do Império. Sendo assim, em todas as escolas do império, ensinavam a doutrina da religião católica como ensinavam as demais disciplinas.

No final do império o ensino religioso passou a ser substituído pela disciplina de moral e cívica e que com o regime republicano instalado em 1889 essa disciplina foi eliminada, pelo menos temporariamente das escolas.

A então secularização dos estados brasileiros se refletiu na esfera educacional, alguns defendiam separação entre o poder espiritual e o poder temporal e a escola laica no caso dos positivistas e liberais, já outro grupo tiveram que enfrentar a forte reação da igreja católica, no qual compreendiam a ausência do ensino religioso como um preconceito contra a religião católica sendo dessa forma uma clara ameaça a sua hegemonia ideológica.

Nesta pesquisa percebemos que desde a década de 30 a questão do ensino religioso tem gerado polêmica e muita discussão, o que nos é razoável, pois como se justificar o ensino confessional de uma religião numa escola pública de um estado que se diz laico?

Um importante instrumento para a compreensão do ensino religioso é o conceito de hibridismo cultural, que nos ajudou a considerar a dinâmica de mutua influencia em casos de relações duradouras entre duas ou mais

culturas, firmando nossas análises das peculiaridades do sincretismo a religiosidade popular brasileira desde os tempos coloniais.

Com o advento do pentecostalismo no século 19 a religiosidade brasileira mudou. Novas práticas e crenças derivadas da Reforma europeia aportaram no Brasil, permanecendo mais restritas em termos geográficos e populacionais.

O pentecostalismo na realidade, desde o início foram se adaptando às circunstâncias peculiares do povo brasileiro. Na prática, incorporam e deixaram-se influenciados pela crença em entidades sobrenaturais, na cura divina, nas possessões espirituais, na diversidade.

O ensino religioso, na cidade de Abreu e Lima, segue o ritmo da maioria das cidades do Brasil, o ensino é realizado a partir do convênio com a sociedade bíblica do Brasil na qual esta disponibiliza materiais para o trabalho nas escolas do município.

Outra iniciativa surge da Assembleia de Deus na cidade que realiza trabalhos em suas igrejas, no orfanato e asilo ambos mantidos pela Assembleia de Deus, sem contar com o trabalho de evangelização no presídio no município que é realizado tanto pela assembleia de Deus como pela Igreja Católica, mas sem um diálogo ecumênico entre as duas, ou em suas práticas.

Como vimos nas primeiras décadas do período republicano, o ensino religioso deixou de ser oficialmente centrado na religião católica. Todas as leis referentes ao assunto defendiam que o ensino religioso seria ministrado de acordo com a religião do aluno sendo também facultativo.

O modelo de ensino religioso estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 deu um caráter pluralista, não confessional, enfatizando os aspectos antropológicos das religiões, desvinculando o ensino religioso à igreja Católica.

Porém, percebemos que tal ensino religioso não foi completamente implantado em nível nacional, como percebemos na cidade de Abreu e Lima que o ensino religioso muitas vezes se concilia a uma única denominação religiosa.

Conclui-se dessa forma que em muitos casos a diversidade religiosa não tem sido considerada dentro da sala de aula e que há grandes

dificuldades em se concretizar o diálogo inter-religioso, já que muitos educadores desconhecem os elementos que compõem o fenômeno religioso e o papel das tradições religiosas nas sociedades. Assim torna-se evidente a falta de compreensão do ensino religioso como disciplina.

Com isso o debate se torna mais complexo em torno do ensino religioso, pois além de abranger questões que dizem respeito as definições sobre estado, religião e espaço público ele gera também discussões sobre as condições em que o ensino vem sendo ministrado nas escolas. (GIUMBELLE E CARNEIRO, 2004)

As discussões em torno do ensino religioso nas escolas públicas ainda estão em curso e são absolutamente necessárias.

Neste trabalho apresentamos várias temáticas sobre o assunto e esperamos que tal pesquisa contribua para que ela não fique despercebida dentro da escola e possa suscitar novos estudos e pesquisas capazes de gerar as reflexões necessárias para a superação dessa problemática.

REFERENCIAS

ANTONIAZZI, Alberto. [et al]. **Nem Anjos e Nem Demônios**: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

AZZI, Riolando. **Trajetória da educação católica no Brasil**. Disponível em: www.eduline.com.br. Acesso em: 04 ago. 2013.

BENINCÁ, Elli. “O Ensino Religioso e a fenomenologia religiosa”. In KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo Carlos; FUCHS, Henri Luiz. **O Ensino Religioso e o Pastorado Escolar**. São Leopoldo: 2001,

BRAGA, Ederlaine Fernandes. **Ensino religioso**: disciplina integrante das diretrizes curriculares do ensino fundamental. 2001, Disponível em <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=411> acessado em 27 de set. de 2013.
Brasil, 1989.

BRASIL, Presidência da República. 1996. *Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, ano134, n. 248, p. 27833-41.

BRASIL, Presidência da República. 1997. *Lei nº 9.475 de 22 de julho de 1997*. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. 1. ed. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURITY, J.A. **Republicano e o crescimento do papel publico das religiões**: comparando Brasil e Argentina, 2011, disponível em <www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/.../11> acessado em 09. Ago. 2013

BURITY, Joanildo. **Identidade e política no campo religioso**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

_____. “Novos Paradigmas e Estudo da Religião: uma reflexão anti-essencialista”. In **Religião e Sociedade**, volume 21, nº 1, RJ, ISER, abril de 2001.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, 2 v.

CAMPOS JÚNIOR, Luís de Castro. **Pentecostalismo**. São Paulo. Ática, 1995.

CAMURÇA, Marcelo. Panorama Religioso do catolicismo e do protestantismo no Brasil. 1996, disponível em <<http://www.clfc.puc-rio.br/pdf/fc14.pdf>> acessado em 24.set.2013.

CARNEIRO, S. et al. **Religião nas escolas públicas**: questões nacionais e a situação do Rio de Janeiro. 2004. Disponível em www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero2/artigos/egiumbelli.pdf. acessado em 15 de ago.2013

CARON, Lurdes (Org.). **O ensino religioso na nova LDB**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CNBB – Regional Sul III. Texto referencial para o Ensino Religioso escolar. Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. **O ensino religioso**. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. **Educação religiosa nas escolas**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1976.

_____. **O ensino religioso nas Constituições do Brasil, nas legislações de ensino, nas orientações da Igreja**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1987.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 5 de 09 de maio de 2006. **Dispõe sobre a Oferta de Ensino Religioso nas Escolas Públicas Integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco**. Presidente: Antônio Inocêncio Lima. Diário Oficial do Estado, Pernambuco, 05 mai. 2006.

_____. Resolução nº 5 de 09 de maio de 2006. **Dispõe sobre a Oferta de Ensino Religioso nas Escolas Públicas Integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco**. Presidente: Antônio Inocêncio Lima. Diário Oficial do Estado, Pernambuco, 05 mai. 2006,

CORDEIRO, Ana Lúcia. “Religião e Projetos Educacionais para a Nação: A Disputa entre Metodistas e Católicos na Primeira República Brasileira”. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, , dez., 2005

CORTELLA, Mário Sérgio. “Educação, Ensino Religioso e formação docente”. In SENA, Luzia (Org.). **Ensino Religioso e Formação Docente**: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006,

CORTEN, André. **Os Pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes. 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. "Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre igreja e estado no Brasil". **Revista de Educação** n. 17, jun. 1993.

DANIEL, Silas. (org). **História da Convenção Geral das Assembleia de Deus no Brasil**. Os Principais Líderes, debates e resoluções do órgão que moldou a face do Movimento Pentecostal Brasileiro, 1ª ed., Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Ensino Religioso – perspectivas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FONAPER. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso**. São Paulo: Ave Maria, 1998.

_____. **Carta de Princípios do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso**. Disponível em: www.Bnu.zaz.com.br/usuarios/fonaper.

_____. **Parâmetros Curriculares nacionais: ensino religioso** 2ed. São Paulo: Ave Maria, 1997

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso**. São Paulo, SP: Ave Maria, 2004.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso**. São Paulo, SP: Ave Maria, 2007

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**, 2ª ed., Campinas: Alínea, 2004.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Campinas, IFCH-Unicamp, 1993, tese de doutorado em Sociologia.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de Doutorados em Ciências Sociais.DCS/IFCH/Unicamp. Campinas, 1993.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião**. São Paulo: Attar, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. "Religião, estado e modernidade: notas a propósito de fatos provisórios". **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, n. 52, 2004. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 06 jul. 2005.

GIUMBELLI, Emerson; CARNEIRO, Sandra de Sá. Ensino religioso no estado do Rio de Janeiro - registros e controvérsias. **Comunicações do Iser**, Rio de Janeiro: n. 60, 2004.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro, DPeA, 2005.

HURLBLUT Jessé Lyman. **História da Igreja Cristã** . 12^a ed, São Paulo: Vida 2000.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob; WASCHOWICZ, Lílian Anna. **Ensino Religioso e sua relação pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **Formação do professor de ensino religioso: um processo de construção no contexto brasileiro**. 2010, disponível em <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/i_junqueira.htm> acessado em 15 de set. 2013.

LIBÂNIO, João Batista. "Modelos teológicos interpretativos da história da educação católica no Brasil". **Revista de Educação da AEC**, Brasília, nº84, jul.-set.1992.

LUI, Janayna de Alencar. **Em nome de Deus** - um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

MAÇANEIRO, Marcial. O dialogo católico-pentecostal no Brasil: entre desafios e possibilidades. Disponível em <www.cnbb.org.br/documento_geral/DialogocomPentecostais.doc> 2009. Acessado em 27 de set.2013.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**, São Paulo, Edições Loyola. 1999.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais - Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil, São Paulo: Loyola, 1999.

ORO, Ari Pedro; STEIL, Alberto. **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PAIVA, José Maria. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. 2000. In LOPES, Eliane Maria Teixeira (org.) 500 anos de Educação no Brasil. Autentica Editora. São Paulo 2007.

PURIFICAÇÃO, Maria Cecília de Souza e Castro da. "Educador aprendi". in **Revista Diálogo** ano IX, nº 34, p. 33, maio de 2004.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand

RODRIGUES, Isaac Martins. **História da Assembleia de Deus em Pernambuco**. Recife: CPAD, 1968.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SCUSSEL, Marcos André. O ser e o fazer no ensino religioso. 2007, disponível em < www.dhi.uem.br/qtreligiao/pdf/st6/Scussel,%20Marcos%20Andre.pdf > acessado em 18 de out. de 2013.

SILVA, Igor José Trabuco da. **A assembleia de Deus entre o Religioso e o político**. São Luiz: UEMA, 2007.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. **O ensino Religioso no Brasil: uma abordagem ecumênica**. 2010. Disponível em < <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-115-TC.pdf>. Acessado em 25 de set. 2013.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986, p. 71.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Introdução, Cap. I do Livro I e Conclusão).
